



UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE-PB
CENTRO DE HUMANIDADES
UNIDADE ACADÊMICA DE ADMINISTRAÇÃO E CONTABILIDADE
COORDENAÇÃO DE ESTÁGIO SUPERVISIONADO

**UM OLHAR PARA A EDUCAÇÃO EMPREENDEDORA: DESPERTANDO O
ESPÍRITO EMPREENDEDOR NOS ALUNOS DA ESCOLA PÚBLICA**

WANDEBERG AQUINO TRAJANO

CAMPINA GRANDE-PB

2010

WANDEBERG AQUINO TRAJANO

**UM OLHAR PARA A EDUCAÇÃO EMPREENDEDORA: DESPERTANDO O
ESPÍRITO EMPREENDEDOR NOS ALUNOS DA ESCOLA PÚBLICA**

Relatório de Estágio Supervisionado apresentado ao curso de Bacharelado em Administração da Universidade Federal de Campina Grande, como exigência parcial para obtenção do título de Bacharel em Administração.

ORIENTADORA: Prof^ª. Hildegardes Santos de Oliveira, Msc.

CAMPINA GRANDE-PB

2010

ii

WANDEBERG AQUINO TRAJANO

**UM OLHAR PARA A EDUCAÇÃO EMPREENDEDORA: DESPERTANDO O
ESPÍRITO EMPREENDEDOR NOS ALUNOS DA ESCOLA PÚBLICA**

COMISSÃO DE ESTÁGIO

MEMBROS:

WANDEBERG AQUINO TRAJANO
Aluno

HILDEGARDES SANTOS DE OLIVEIRA, Msc.
Professora Orientadora

VERÔNICA MACÁRIO DE OLIVEIRA, Msc.
Coordenadora de Estágio Supervisionado

CAMPINA GRANDE-PB

2010

iii

WANDEBERG AQUINO TRAJANO

**UM OLHAR PARA A EDUCAÇÃO EMPREENDEDORA: DESPERTANDO O
ESPÍRITO EMPREENDEDOR NOS ALUNOS DA ESCOLA PÚBLICA**

Relatório apresentado e aprovado em 08 de julho de 2010.

HILDEGARDES SANTOS DE OLIVEIRA, Msc.
Professora Orientadora

MARIA ALDANO DE FRANÇA, Msc.
Examinadora

SUZANNE ÉRICA NÓBREGA CORREIA, Msc.
Examinadora

CAMPINA GRANDE-PB

2010

iv

AGRADECIMENTOS

A cada vitória, ao meu Deus o reconhecimento devido, pois só Ele é digno de toda honra, glória e louvor. Senhor, obrigado pelo fim de mais essa etapa, visto que “*o Senhor é o meu pastor e nada me faltará...*”.

Agradeço aos meus pais, meus irmãos e aqueles de minha família que com suas palavras de força e perseverança me mantiveram firme para alcançar essa vitória. Especialmente, a quem eu chamo carinhosamente de mãe ZENA que foi minha fonte de luz durante essa jornada e perante toda minha vida, uma pessoa de vasta experiência e de grande competência no que faz. Obrigado pela companhia nas noites mal dormidas e por estar sempre ao meu lado, pois o conhecimento é o melhor investimento para se empreender.

Particularmente tenho muita gratidão por minha Tia Ana pelo amor e apoio de sempre.

Sou muito grato a minha doce namorada Gerleide que tantas vezes teve paciência e compreensão ao perceber minha luta. Pois, passamos a amar não quando encontramos uma pessoa perfeita, mas quando aprendemos a ver perfeitamente uma pessoa.

À minha professora e orientadora Hildegardes Santos de Oliveira que pela paciência e orientação tornaram possível a conclusão desta monografia.

Aos amigos e colegas da UFCG, em especial, Victor Hutton, pelo incentivo e apoio constantes.

A professora Maria Aldano de França pelo auxílio, disponibilidade de tempo e material, sempre com uma simpatia contagiante.

Minha gratidão ao professor Patrício Henrique de Vasconcelos que me concedeu oportunidades e apoio, contribuindo para minha formação acadêmica, pois sempre acreditou em meu potencial.

Enfim, aos amigos queridos, de perto e de longe, a minha eterna gratidão, mas no fim das contas são poucos e bons amigos.

*“Sei que meu trabalho é uma gota no oceano,
mas sem ele o oceano seria menor”.*

Madre Teresa de Calcutá

*“Não é preciso ter olhos abertos para ver o sol,
nem é preciso ter ouvidos afiados para ouvir o trovão.
Para ser vitorioso, você precisa ver o que não está visível”.*

Sun Tzu.

TRAJANO, Wandemberg Aquino. **Um olhar para a Educação Empreendedora: despertando o espírito empreendedor nos alunos da escola pública**. 103 fl. Relatório de Estágio Supervisionado (Bacharelado em Administração) – Universidade Federal de Campina Grande, Paraíba, 2010.

RESUMO

Considerando a importância do papel da escola como agente formador de opinião e diante de um panorama globalizado onde o mundo do trabalho se mostra cada vez mais exigente em relação aos conhecimentos, habilidades e atitudes indispensáveis a uma boa formação profissional, as políticas públicas educacionais precisam direcionar a prioridade de ensino para a formação de um currículo escolar que corresponda às demandas sociais, culturais e empresariais. Nesse contexto, o presente estudo foi realizado em escolas públicas estaduais e municipais do Ensino Fundamental II ou do 3º e 4º ciclos, na cidade de Campina Grande – PB e teve como objetivo analisar a percepção dos gestores escolares a respeito da viabilidade de implantação da disciplina Empreendedorismo no currículo escolar. Foi realizada uma pesquisa de campo exploratória e descritiva através de entrevistas semi-estruturadas e da observação direta. A amostra analisada representou 26% do universo pesquisado. Os dados obtidos foram submetidos à análise quantitativa e qualitativa. Os resultados indicaram a predominância de percepções favoráveis quanto à viabilidade na implantação da disciplina Empreendedorismo no currículo escolar, porém foram apontadas algumas dificuldades nesse processo, principalmente relacionadas à burocracia das autoridades governamentais, falta de envolvimento de todos da escola, falta de qualificação do pessoal docente e limitações do espaço físico.

Palavras-chave: Empreendedorismo; Educação; Currículo escolar.

TRAJANO, Wandemberg Aquino. A look at the Entrepreneurial Education: awakening the entrepreneurial spirit in students from public schools. 103 fl. Supervised Training Report (Bachelor in Business Administration) - University of Campina Grande, Paraíba, 2010.

ABSTRACT

Considering the important role of school as an opinion leader and against a backdrop where the globalized world of work proves increasingly demanding in relation to knowledge, skills and attitudes essential to good training, public policies need to direct educational the priority of education for the formation of a school curriculum that meets the demands social, cultural and business. In this context, the present study was conducted in public schools and municipal Elementary School II or 3rd and 4th cycles in the city of Campina Grande - PB and aimed to analyze the perceptions of school managers about the feasibility of implementation of discipline entrepreneurship in the curriculum. We performed an exploratory study and descriptive through semi-structured interviews and direct observation. The sample represented 26% of the universe studied. The data were analyzed quantitatively and qualitatively. The results indicated the predominance of favorable perceptions about the feasibility of the implementation of the entrepreneurship discipline in the school curriculum, but were pointed out some difficulties in this process, mainly related to the bureaucracy of government officials, lack of involvement of all the school, lack of qualification of teaching staff and limitations of physical space.

Keywords: Entrepreneurship, Education, School Curriculum.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Taxa estadual de Sobrevivência de MPE (2005)	31
Figura 2 – Taxa estadual de Mortalidade de MPE (2005)	41
Figura 3 – Perfil Sócio-profissional: Gêneros.....	77
Figura 4 – Perfil Sócio-profissional: Cargo Ocupado.....	78
Figura 5 – Perfil Sócio-profissional: Formação Acadêmica.....	79
Figura 6 – Perfil Sócio-profissional: Tempo de atuação na área da educação e na respectiva escola.....	80
Figura 7 – A existência de atividades curriculares voltadas para o desenvolvimento de competências e habilidades para o trabalho.....	81
Figura 8 – O Currículo escolar X exigências do mercado de trabalho vigente.....	82
Figura 9 – O incentivo do espírito empreendedor no Projeto Político Pedagógico da escola.....	83
Figura 10 – Conhecimento dos gestores sobre a temática Empreendedorismo Escolar....	86
Figura 11 – Interesse na implantação da cultura empreendedora no currículo escolar.....	87
Figura 12 – Formação de parcerias com outras instituições.....	88

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Evolução do desenvolvimento da teoria do empreendedorismo.....	22
Quadro 2 - Unidades mostrais	76

LISTA DE ABREVIATURAS

GEM – Global Entrepreneurship Monitor

JA – Junior Achievement

IBQP – Instituto Brasileiro da Qualidade e Produtividade

LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação

MEC – Ministério da Educação e Cultura

MPEs – Micro e Pequenas Empresas

PCNs – Parâmetros Curriculares Nacionais

PIB – Produto Interno Bruto

PB – Paraíba

SEBRAE – Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas

SOFTEX – Sociedade Brasileira para Exportação de Software

UEDCE – Unidade de Educação e Desenvolvimento da Cultura Empreendedora

SUMÁRIO

Resumo	viii
Abstract	ix
Lista de Figuras	x
Lista de Quadros	xi
Lista de abreviaturas	xii
CAPÍTULO I – INTRODUÇÃO	15
CAPÍTULO II – FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	20
2.1 Empreendedorismo	20
2.2 Origens do pensamento empreendedor	23
2.2.1 A visão dos Economistas.....	24
2.2.2 A visão dos Comportamentalistas.....	27
2.3 Características do espírito Empreendedor	29
2.4 Identificação do perfil Intraempreendedor	31
2.5 As micro e pequenas empresa (MPEs)	32
2.6 O empreendedorismo no Brasil	36
2.7 Taxa de Sobrevivência das empresas	39
2.8 Taxa de Mortalidade Infantil das empresas	40
2.9 Empreendedorismo na Educação	42
2.9.1 Sistema Educacional brasileiro: currículo escolar	42
2.9.2 A cultura educacional brasileira: formadora de empregados	45
2.9.3 Aprendizagem do Empreendedor.....	48
2.10 Formando parcerias: Junior Achievement - SEBRAE	56
2.11 Casos de sucesso: Empreendedorismo Escolar	60
CAPÍTULO III – ASPECTOS METODOLÓGICOS	67
3.1 Tipo de pesquisa.....	67
3.2 Sujeito em estudo.....	69
3.3 Universo e amostra.....	69
3.4 Técnicas de pesquisa e coleta de dados.....	71
3.5 Métodos de análise dos dados.....	73
CAPÍTULO IV – APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS	76
4.1 Unidades amostrais	76
4.2 Parte 1 – Perfil Sócio-profissional	77
4.2.1 Gênero	77
4.2.2 Cargo ocupado.....	78

4.2.3 Formação Acadêmica.....	79
4.2.4 Tempo de atuação na área da educação e na respectiva escola.....	80
4.3 Parte 2 – Conhecimento dos gestores sobre a estrutura curricular da escola...	81
4.3.1 A existência de atividades curriculares voltadas para o mercado de trabalho.....	81
4.3.2 O Currículo escolar <i>versus</i> exigências do mercado de trabalho vigente.....	82
4.3.3 O incentivo do espírito empreendedor no PPP.....	83
4.3.4 A interdisciplinaridade dos Temas Transversais.....	84
4.4 Parte 3 – Percepção dos gestores sobre o tema abordado.....	86
4.4.1 Conhecimento dos gestores sobre a temática Empreendedorismo Escolar	86
4.5 Parte 4 – Interesses e empecilhos na implantação da disciplina.....	87
4.5.1 Interesse na implantação da cultura empreendedora no currículo escolar.....	87
4.5.2 Formação de parcerias com outras instituições.....	88
4.5.3 Os possíveis obstáculos para implantação da cultura empreendedora.....	89
CAPÍTULO V – CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	91
REFERÊNCIAS.....	96
APÊNDICES.....	102
ANEXO	

CAPÍTULO I



INTRODUÇÃO

1. INTRODUÇÃO

Diante de um contexto histórico marcado pelas revoluções e quebras de paradigmas, o mundo vem passando por profundas mudanças, alterando o modo de pensar e de agir da sociedade, principalmente no meio corporativo.

O fenômeno chamado de mundialização, comumente denominado de *globalização*, permitiu a abertura de mercados, o desenvolvimento tecnológico acentuado e as transformações socioeconômicas que impõem novos desafios aos profissionais de todas as áreas. No atual contexto, as sociedades em desenvolvimento precisam refletir sobre como se posicionar nesse novo mercado, observando e compreendendo as novas regras estabelecidas, principalmente aquelas referentes à relação entre educação e trabalho.

De acordo com a legislação educacional brasileira, a escola é vista como uma instituição social fomentadora do processo de socialização educativa que auxilia na fundamentação dos valores na criação dos indivíduos. Durante a fase da vida escolar é que são fundamentadas as competências e os conhecimentos gerais em que se estabelecem aos alunos as relações entre a teoria e a prática. Neste sentido, as políticas públicas educacionais precisam direcionar a prioridade de ensino para a formação de um currículo escolar com conhecimentos, habilidades e atitudes a serem ministrados aos estudantes para corresponder às demandas sociais, culturais e empresariais.

No entanto, o que se tem verificado é que o modelo educacional que vigora no país não leva em conta as necessidades prioritárias do mercado de trabalho atual. Assim, o sistema de ensino e os planos da educação ainda são moldados para que os jovens tenham uma mentalidade de serem simplesmente empregados (mão de obra assalariada), seguindo o antigo modelo da Era Industrial. Ou seja, ainda não há uma conscientização sobre a necessidade de inserir a cultura empreendedora na educação.

Dentro do sistema educacional brasileiro existem projetos que oferecem ensino de qualidade, além de preparar melhor os jovens para o mercado de trabalho, a exemplo de algumas iniciativas que já começam a surgir no país, tornando possível aprender a ser empreendedor na escola, utilizando os recursos da comunidade. Projetos pioneiros como o *Empreendedorismo na Escola* desenvolvido em escolas públicas do Ceará em parceria com o SEBRAE - CE, bem como o projeto *Despertar* implantado no Rio Grande do Norte também em parceria com o SEBRAE – RN vem despertando nos jovens uma inquietação para desenvolver soluções para as necessidades do mercado, abrindo assim perspectivas para um atitude empreendedora qualquer que seja a sua escolha profissional.

Considerando a crescente demanda do mercado de trabalho por profissionais com perfil empreendedor e levando em conta o papel dos empreendedores de micro e pequeno porte como propulsores da economia e principais responsáveis pela geração de emprego e renda nos países em desenvolvimento, é de suma importância estimular esse debate sobre a inclusão de atividades voltadas para a disseminação da cultura empreendedora entre os jovens estudantes de escolas públicas e até mesmo a inclusão da disciplina Empreendedorismo no currículo escolar.

Neste sentido, o presente estudo procurou responder ao seguinte questionamento:
Qual a percepção dos gestores de escolas públicas estaduais e municipais da cidade de Campina Grande - PB, quanto à viabilidade de implantação da disciplina Empreendedorismo no currículo escolar?

Para responder a esse questionamento, foi elaborado o seguinte objetivo geral:
Analisar a percepção dos gestores de escolas públicas estaduais e municipais da cidade de Campina Grande - PB, quanto à viabilidade de implantação da disciplina Empreendedorismo no currículo escolar do Ensino Fundamental II ou do 3º e 4º ciclos.

A partir desse objetivo geral foram também estabelecidos alguns objetivos específicos, conforme elencados a seguir:

- Verificar a existência de atividades curriculares ou extracurriculares voltadas ao desenvolvimento de competências empreendedoras nas escolas pesquisadas;
- Identificar a percepção dos entrevistados quanto ao papel da escola de formação na disseminação da cultura empreendedora visando a preparação dos jovens para o mercado de trabalho;
- Identificar a percepção dos entrevistados quanto a possibilidades e dificuldades na implantação da disciplina empreendedorismo no currículo escolar.

Diante do exposto, espera-se que o presente estudo venha contribuir para disseminar a discussão e a reflexão em torno desse tema tão importante e atual, pois apesar de todos os esforços empreendidos na área de educação para dar condições às pessoas de ingressarem no mundo do trabalho, diante do esgotamento do tradicional modelo industrial de produção e do crescente processo de automação dos serviços, o número de empregos gerados já não corresponde aos números que o crescimento da população necessita. É nesse contexto que o empreendedorismo – a Educação Empreendedora - pode ser apresentado como uma das alternativas para a situação laboral dos jovens, especialmente nas escolas públicas.

Visando facilitar a identificação dos conteúdos pertinentes ao estudo realizado, o presente relatório está estruturado em cinco capítulos, conforme descrito a seguir:

O Capítulo I, em curso, procurou introduzir e contextualizar a temática escolhida, justificando sua importância no contexto da pesquisa, além de apresentar os objetivos geral e específicos que foram elaborados a partir do problema de pesquisa apresentado.

O Capítulo II contempla a fundamentação teórica elaborada a partir da literatura sobre o tema abordado, tomando como base alguns dos principais autores e estudiosos do assunto.

No Capítulo III são apresentados os aspectos metodológicos pertinentes ao estudo, tais como: tipologia da pesquisa, amostragem, instrumentos e métodos de coleta de dados, entre outros.

O Capítulo IV apresenta e analisa os resultados obtidos através da pesquisa tomando por base o referencial teórico estudado.

Concluindo, no Capítulo V são apresentadas as considerações finais da pesquisa, reportando-se aos objetivos estabelecidos, de modo a responder ao questionamento que deu origem ao presente estudo.

CAPÍTULO II



FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1. Empreendedorismo

Empreendedorismo é um termo ainda desconhecido por muitas pessoas o qual se tornou um neologismo, mas que vem gerando polêmica diante do meio corporativo e no sistema educacional brasileiro. Tal vocábulo, antes restrito ao ambiente empresarial e centros acadêmicos de Administração, é tão novo que nem consta no Dicionário Aurélio.

Burch (1986, p.13) descreve que “o **empreendedorismo** constitui uma temática relativamente nova sobre a qual incidem muitas pesquisas na atualidade”. O neologismo “entrepreneurship”, utilizado tanto em língua inglesa quanto francesa, se originou da palavra francesa *entrepreneur*, usada no século XII e do sufixo inglês “ship”, que denota posição, grau, relação, estado, qualidade, habilidade e/ou perícia.

Verin (*apud* FILION, 1999, p. 18): estudou a evolução histórica do termo *entrepreneur*: no **século XII** ele era usado para referir-se “àquele que incentivava brigas”; no **século XVII** passou a designar aquele que dirigia uma ação militar; no final do **século XVII** e início do **século XVIII** o termo foi usado para referir-se à pessoa que “criava e conduzia empreendimentos ou projetos”. Quando o termo ganhou seu significado atual passou-se a falar de *entrepreneur* para designar uma pessoa que identifica uma oportunidade de negócio e assume o risco, decidindo processar e revender matéria prima.

Segundo Timmons (1994) citado por Dolabela (2006, p.30), “o empreendedorismo é uma revolução silenciosa, que será para o Século XXI mais do que a revolução industrial foi para o século XX”. Ainda, conforme Dolabela o empreendedorismo é a melhor arma contra o desemprego.

Conforme outra importante classificação, “o empreendedor não é somente um fundador de novas empresas ou o construtor de novos negócios; é mais que isso, é a energia da economia, a alavanca de recursos, o impulso de talentos, a dinâmica de ideias, é quem fareja as oportunidades e precisa ser muito rápido, aproveitando as oportunidades fortuitas, antes que outros aventureiros o façam” (CHIAVENATO, 2007).

O mercado globalizado tornou-se mais complexo, mais dinâmico, mais flexível e mais imprevisível. A competição trouxe maiores preocupações com detalhes e novos elementos foram inseridos, enxergados e enfocados, principalmente fatores intangíveis relacionados ao conhecimento e a aprendizagem.

O interesse pela temática, entretanto, não tem sido apenas acadêmico. Os governos, percebendo a importância do desenvolvimento de tecnologia de ponta, indispensável para o alinhamento dos países no mercado globalizado, estão voltando seus olhos para o empreendedorismo. O mundo empresarial, por sua vez, tem tomado providências destinadas a identificar e estimular talentos, promover a inovação e estimular a criação de empresas de base tecnológica. Neste sentido, o desenvolvimento de empreendedores, pessoas capazes de criar, gerenciar e desenvolver negócios tem ganhado grande ênfase.

Para Mafone Odara, coordenadora do Geração Muda Mundo pela Ashoka: “especialistas acreditam que o ato de empreender pode funcionar como um rito de passagem, capaz de fortalecer os jovens para lutar por seus sonhos e projetos de vida. Essa atividade abre um janela para novos conhecimentos, amplia a rede de contatos e amigos, desperta o desejo de continuar os estudos e batalhar por independência. Em resumo, dá um sentido à vida”.

Quadro 1 - Evolução do desenvolvimento da teoria do empreendedorismo

<ul style="list-style-type: none"> • Idade Média: <i>personagem (um grupo de guerreiros em ação) e um indivíduo que administra projeto de produção em larga escala;</i>
<ul style="list-style-type: none"> • Século XVII: <i>indivíduo com comportamento voltado para o risco, de ter lucro (prejuízo) na fixação de um preço num contrato com o governo;</i>
<ul style="list-style-type: none"> • Richard Cantillon (1725): <i>indivíduo assumindo riscos, planejando, supervisionando e organizando;</i>
<ul style="list-style-type: none"> • Jean Baptist Say (1803): <i>separa os lucros do empreendedor do lucro do capitalista;</i>
<ul style="list-style-type: none"> • Francis Walter (1876): <i>estabelece distinção entre os que fornecem fundos (capital) e recebem lucros gerados por sua capacidade gerencial;</i>
<ul style="list-style-type: none"> • Joseph Schumpeter (1934): <i>empreendedor é um inovador e desenvolve tecnologia inédita;</i>
<ul style="list-style-type: none"> • David McClelland (1961): <i>empreendedor é um tomador de risco moderado;</i>
<ul style="list-style-type: none"> • Peter Drucker (1964): <i>empreendedor maximiza oportunidades;</i>
<ul style="list-style-type: none"> • Albert Shapero (1975): <i>empreendedor toma iniciativa, organiza alguns mecanismos sócio-econômicos, e aceita risco de fracasso;</i>
<ul style="list-style-type: none"> • Karl Vesper (1976): <i>empreendedores parecem diferentes de economistas, engenheiros, gestores e políticos;</i>
<ul style="list-style-type: none"> • Gifford Pinchot (1983): <i>intrapreneur é um empreendedor dentro de uma organização já estabelecida;</i>

Fonte: Ibrahim, R & Goowin, J. R. (1986) apud Leite, Emanuel Ferreira. **O fenômeno do empreendedorismo criando riquezas**. 3ª Edição. Recife: Bagaço, 2000.

2.2. Origens do pensamento empreendedor

A nova ordem econômica mundial tem feito com que alguns paradigmas sejam quebrados e tem exigido das pessoas uma nova postura frente aos desafios do desemprego, do aumento da miséria, das diferenças sociais e da oscilação constante no mercado econômico. Nesse sentido, o empreendedor é indutor de desenvolvimento que não se abala em momentos de crise e sabe aproveitá-la como mais uma oportunidade de negócio. Ele é visto como motor da economia, o agente de inovação e mudanças, capaz de desencadear o crescimento econômico, portanto, é alguém capaz de tirar uma ideia do papel e transformá-la em um projeto gerador de divisas.

Dornelas (2005) descreve um resgate histórico e identifica que a primeira definição de empreendedorismo é creditada a Marco Polo, sendo o empreendedor aquele que assume os riscos de forma ativa, físicos e emocionais, e o capitalista assume os riscos de forma passiva. Na Idade Média, o empreendedor deixa de assumir riscos e passa a gerenciar grandes projetos de produção principalmente com financiamento governamental. E no século XVII, surge a relação entre assumir riscos e o empreendedorismo. Bem como a criação do próprio termo empreendedorismo que diferencia o fornecedor do capital, capitalista, daquele que assume riscos, empreendedor. Mas somente no século XVIII, que capitalista e empreendedor foram complementemente diferenciados, certamente em função do início da industrialização.

Cada pesquisador fundamentado dentro do seu domínio intelectual e área de atuação, estabelece seu próprio conceito. Os primeiros pesquisadores da temática empreendedorismo têm formação que varia entre a Economia e a Psicologia (ROBERTS, 1991, p. 47).

As duas correntes principais tendem, no entanto, a conter elementos comuns à maioria delas. São as dos pioneiros do campo: **os economistas**, que associaram o empreendedor à inovação, e **os comportamentalistas**, que enfatizam aspectos atitudinais, como a criatividade e a intuição.

2.2.1 A visão dos Economistas

Por volta do século XVIII manifestou-se a escola do “pensamento econômico” que procura focar o papel do empreendedor dentro da economia e apresenta vários seguidores. Para os economistas que viam na capacidade empreendedora a mola que impulsionava a economia no sentido de prover a inovação.

Baumol (1983, *apud* FILLION, 1999) é bastante fácil organizar a discussão sobre o empreendedorismo no campo da economia. Segundo ele, em economia, existem 2 grupos de abordagem sobre o empreendedorismo que se singularizam pelas categorias de empreendedores que adotam: os empreendedores organizadores de negócios e os empreendedores inovadores. O primeiro tipo é o empreendedor clássico estudado por Cantillon e Say, e o outro tipo, o empreendedor schumpeteriano.

A atividade de **Richard Cantillon**, banqueiro, seria hoje qualificada como investidor de capital de risco. “Seus escritos revelam um homem em busca de oportunidades de negócios, preocupado com o gerenciamento inteligente de negócios e a obtenção de rendimentos otimizados para o capital investido” (FILLION, 1999, p. 6).

Na visão de Cantillon no século XVIII, os empreendedores compravam matéria-prima - geralmente um produto agrícola - por certo preço, com o objetivo de processá-la e revendê-la por um preço ainda não definido. Empreendedores eram, portanto pessoas que aproveitavam oportunidades com a perspectiva de obterem lucros, assumindo os riscos inerentes. Cantillon foi um dos primeiros a diferenciar o empreendedor (aquele que assume riscos), do capitalista (aquele que fornecia o capital).

Para Cantillon, o empreendedor era então uma pessoa que identificava uma oportunidade de negócio e assumia o risco inerente com a perspectiva de obter lucros. Essa

foi a primeira aparição do elemento risco na definição de empreendedorismo e Cantillon foi o primeiro a oferecer clara concepção da função empreendedora como um todo (FILION,1999).

De acordo com Schumpeter (2002), muitas das ideias de Cantillon foram difundidas pelos fisiocratas na França, e Say apenas continuou essa tradição. Logo, outro importante pioneiro do estudo do empreendedor no século XIX foi **Jean Baptiste Say** industrial e economista clássico francês, que, de modo oposto a Schumpeter, somente atribuía o termo “empreendedor” à pessoa que possui e dirige o negócio, além de não fazer distinção entre o empreendedor e o administrador (DINIZ, 1992, p. 81). Ele pode ser identificado como o pai do que hoje se convencionou chamar de empreendedorismo, pois foi quem lançou os alicerces desse campo de estudo (FILION, 2000a).

Segundo Pereira (1995, p.12) Jean-Baptiste Say “cunhou o termo *entrepreneur*, conferindo-lhe o papel de transferir recursos econômicos de um setor de produtividade mais elevada e de maior rendimento, ou seja, aquele “indivíduo que, na sua busca pelo êxito perturba e desorganiza o status quo do sistema econômico”.

É interessante notar que o que Say fez foi basicamente juntar duas tendências principais do pensamento do seu tempo: a dos fisiocratas e a da Revolução Industrial na Grã-Bretanha. Visto que Say, admirador da Revolução Industrial Britânica e de Adam Smith, tentou estabelecer um corpo teórico que possibilitaria a chegada da revolução industrial na França, pois considerava o desenvolvimento econômico como resultado da criação de novos empreendimentos (FILION, 1999).

O primeiro economista de renome a retornar a Say foi o economista austríaco **Joseph A. Schumpeter** no século XX, foi ele quem realmente consolidou o conceito de empreendedorismo associando-o claramente à inovação (FILION, 2000a, p.18; 1999, p.7). Sendo ele economista e historiador do capitalismo. Para Schumpeter (1942) o sistema capitalista tem como característica inerente, uma força que ele denomina de processo de

destruição criativa, fundamentando-se no princípio que reside no desenvolvimento de novos produtos, novos métodos de produção e novos mercados. Pela definição de Schumpeter, o agente básico desse processo de destruição criativa está na figura do que ele denominou de empreendedor. Schumpeter (1985) introduziu a noção de “destruição criativa”. Este é o motor que mantém o capitalismo em movimento para frente e quem dirige esse motor é o empreendedor.

Na fase inicial do século vinte, Schumpeter, apesar de não utilizar o termo empreendedor, mas sim empresário, o define como o indivíduo que inova, não sendo obrigatoriamente proprietário da empresa. O que distingue o empreendedor do empresário são as motivações para criar algo novo. O empresário visa essencialmente o lucro, agora o empreendedor encara o lucro como consequência de uma necessidade identificada de consumo. Com as mudanças históricas, o empreendedor ganhou novos conceitos, na verdade, são definições sob outros ângulos de visão sobre o mesmo tema. Ultimamente a definição mais abrangente encontrada na literatura é de FILION (1999, p.19):

[...] o empreendedor caracteriza-se por ser uma pessoa criativa, marcada pela capacidade de estabelecer e atingir objetivos e que mantém alto nível de consciência do ambiente em que vive, usando-a para detectar oportunidades de negócios. Um empreendedor que continua a aprender a respeito de possíveis oportunidades de negócios e a tomar decisões moderadamente arriscadas que objetivam a inovação, continuará a desempenhar um papel empreendedor (FILION *apud* DOLABELA, 1999).

Embora haja acréscimo de pesquisas sobre o tema, Filion (2000a) conclui que ainda não se estabeleceu um perfil aplicável à área de negócios que pudesse identificar os empreendedores em potencial. Contudo, o autor identificou na literatura características comuns que os fazem ser bem-sucedidos ou se destacarem. Ele enfatiza que o empreendedorismo pode ser ensinado, sob condições diferentes daquelas propostas pelo ensino tradicional, cujo enfoque é a formação de gerentes. Para o autor, o verdadeiro ambiente do aluno empreendedor é o próprio mercado.

Na realidade, nem Schumpeter nem os demais economistas se interessaram pelas características de personalidade que fazem do homem um empreendedor; este tipo de preocupação se resguardou aos especialistas em Psicologia.

2.2.2 A visão dos Comportamentalistas

À medida que alguns especialistas focalizam na função econômica do empreendedorismo, outros concentram suas pesquisas nas características pessoais do empreendedor. O behaviorismo, segundo Braghirolli et al *apud* Lopes (2002, p.24), “[...] é um sistema teórico da psicologia que propõe um estudo completamente objetivo do homem, insistindo que o comportamento (behavior) deve ser a única fonte dos dados psicológicos”. De acordo com o ponto de vista do autor, esta perspectiva tenta explicar o que leva o indivíduo a empreender e quais seriam as características de personalidade, comportamento, atitudes e valores presentes nos empreendedores de sucesso. Portanto, a grande contribuição desta linha de pensamento está firmada sobre a busca em identificar as características do perfil empreendedor.

Em 1930 surgiu a linha comportamentalista sobre o empreendedorismo. Porém, uma das mais importantes pesquisas das raízes psicológicas sobre empreendedorismo foi exposta no início dos anos 60 por **David McClelland** psicólogo da Universidade de Harvard, o qual desenvolveu a concepção de um paradigma comportamental do perfil do empreendedor trouxe grandes contribuições às ciências do comportamento e para o empreendedorismo. Demonstrava que as pessoas que seguem carreiras semelhantes a de empreendedores tem uma alta necessidade de realização social além de gostarem de correr riscos, fato que as levam a desprenderem maiores esforços. O trabalho de McClelland realmente demonstra que o ser humano é um produto do meio, um ser social.

Segundo Bertoglio (1998), David McClelland, na sua pesquisa sobre perfil de empreendedores, identificou algumas características constantes nos empreendedores bem sucedidos.

O Consultor Alvaro Melo (*s.d.*) ressalta que o modelo desenvolvido por McClelland (1961), constituiu-se na base teórica de um programa de treinamento para empreendedores, já aplicado em vários países (Programa EMPRETEC), fundamentado nos seguintes níveis de motivação:

- ✓ Necessidade de realização: é a necessidade do sucesso competitivo, medido em relação a um padrão pessoal de excelência e cada pessoa tem seu critério próprio de sucesso (motivo financeiro, realização profissional, reconhecimento, entre outros);
- ✓ Necessidade de afiliação: é a busca de relacionamentos efetivos com outras pessoas, seja de caráter cordial, compadecidos calorosos ou outros; e
- ✓ Necessidade de poder: visando controlar ou influenciar outras pessoas.

Mesmo que se tenham tantos estudos realizados e pesquisas sendo desenvolvidas não é totalmente possível traçar um perfil psicológico absolutamente científico e exato do empreendedor, pois segundo Fillion (2000a, p.18) “as pessoas mudam segundo os contextos e as circunstâncias às quais são expostas: os perfis de comportamento não são necessariamente estáticos”. Existem inúmeras variáveis que influenciam na formação, e assim, o perfil empreendedor certamente será diferente em função do tempo que está no mercado.

Até o início da década de 80, os comportamentalistas dominaram o campo do empreendedorismo. Após seu crescimento, este campo entrou em declínio. Na verdade, até agora não foi possível se obter um perfil psicológico consensual e embasado em evidências empíricas do empreendedor.

2.3. CARACTERÍSTICAS DO ESPÍRITO EMPREENDEDOR

Algumas características são determinantes para quem pretende se aventurar pelo mundo dos negócios. Por isto, é fundamental procurar conhecer e desenvolvê-las para poder lapidar de acordo com os contextos e circunstâncias que serão submetidos.

As características de uma pessoa empreendedora não têm um consenso absoluto, na literatura sobre o seu perfil alguns estudiosos desenvolveram teorias que destacam características próprias do empreendedor. A respeito das características do espírito empreendedor procurou-se realizar um levantamento das características mais citados e utilizados no ramo do empreendedorismo, para que se possa estabelecer um perfil do empreendedor.

O espírito empreendedor origina-se do forte desejo de ser seu próprio patrão, de não receber ordens de outros, ter independência e fundamentando-se apenas em seu talento pessoal. A oportunidade de trabalhar naquilo que gosta, em vez de trabalhar como subalterno apenas para ter segurança de um salário mensal e férias a cada ano. Segundo Werner Kugelmeier, diretor da WK Prisma – Educação Corporativa Modular, “o espírito empreendedor exige elevado grau de atração pelo desafio, autoconfiança, determinação, senso de urgência, objetividade, estabilidade emocional, autocontrole, realismo, preferência por ter autoridade e responsabilidades, capacidade analítica e boa saúde”.

Muitas das competências empreendedoras podem ser desenvolvidas, segundo Dolabela (1999); embora Pyysiäinen et al. (2006) alertem sobre a dificuldade de ensinar certas habilidades e conhecimentos, uma vez que estes são, em geral, adquiridos com a prática.

Cruz (2005) relata que hoje a concepção do empreendedor deixou de ser aquela do passado e passou a representar aquele ou aquela que faz a diferença possuindo características e habilidades diferenciadas.

Deste modo, os comportamentos se prestam melhor que os traços de personalidade para predizer o sucesso dos empreendedores. De acordo com Leite (2000), as condutas identificadas em um empreendedor, entre muitas, destacam-se: **a Iniciativa; Visão; Coragem; Firmeza; Decisão; Atitude de respeito humano e a Capacidade de organização e direção.** Grifo nosso.

Torna-se necessário que uma pessoa empreendedora tenha características diferenciadas como originalidade, ter flexibilidade e facilidade nas negociações, tolerar erros, ter iniciativa, ser otimista, ter intuição, previsibilidade a perdas ou ganhos e ser visionário para negócios futuros.

Atualmente, há muita concordância entre os cientistas sobre as características dos empreendedores de sucesso: traços de personalidade, atitudes e comportamentos que contribuem para alcançar o êxito nos negócios. Tais características contribuem para a identificação e compreensão do comportamento que pode levar o empreendedor ao sucesso, servindo de base para o ensino na área DOLABELA (2006).

O psicólogo social David McClelland se interessou pelo perfil do empreendedor, e foi quem realmente deu início à contribuição das ciências do comportamento para estudo do empreendedorismo com base nas características. McClelland (1987) *apud* Gimenez *et al* (1998, p. 311), ao analisar o comportamento de empreendedores bem sucedidos identificou três grupos de características:

- 1) *Orientação a pró-atividade, incluindo-se aqui a iniciativa e a assertividade;*
- 2) *Orientação para a realização: detectam oportunidades, valorizam a qualidade do trabalho, bem como o planejamento sistemático e a avaliação dos resultados;*
- 3) *Compromisso com os outros, reconhecendo a importância de boas relações.*

Especificamente sobre características de comportamento o autor destaca a autoconfiança, a persistência e a persuasão.

Essas características podem ter caráter prático positivo ou negativo em função da situação vivenciada. Neste sentido, algumas destas serão fundamentais para uma determinada fase do ciclo de vida da organização e prejudiciais para outras. Cabe ao empreendedor saber usá-las na ocasião oportuna.

Portanto, embora não se tenha um estereótipo completo do espírito empreendedor, porém para os pesquisadores na área existem certas características que a pessoa poderá aperfeiçoar. Isso não quer dizer que uma pessoa que não nasceu empreendedora não pode tomar uma iniciativa própria nos negócios.

2.4. IDENTIFICAÇÃO DO PERFIL INTRAEMPREENDEDOR

O estudo do empreendedorismo não se concentra somente na ação do empreendedor em construir um negócio individual, mas sim em fazer uma análise de um o profissional inovador que modifica com sua forma de agir, qualquer área do conhecimento humano. Portanto, o empreendedorismo dentro das organizações (*intrapreneurs*) não é uma ideia recente teoricamente, porém na aplicação da teoria no que se refere a configuração da maioria das organizações, ainda não está preparada para receber este tipo de profissional.

Porém, as exigências mercadológicas estão começando a impor um ritmo às organizações, pois precisam cada vez mais que seus colaboradores trabalhem em equipe, realizem projetos e inovem processos, assim, não há mais como deixar essa tarefa somente para o conselho administrativo da empresa.

No entanto, parece haver uma grande carência de discussões acerca do papel do empreendedor como agente de transformação inserido no microambiente das organizações, ou seja: o intraempreendedor.

O intraempreendedorismo é um sistema revolucionário para acelerar as inovações dentro de grandes empresas, através de um uso melhor dos seus talentos empreendedores. [...] Os intraempreendedores são os integradores que combinam os talentos dos técnicos e dos elementos de marketing, estabelecendo novos produtos, processos e serviços. (Pinchot III,1989). Grifo nosso.

Pinchot III (1989), *apud* Lezana (2000) enfatizam que os *intrapreneurs* são homens e mulheres que a partir de uma ideia, e recebendo a liberdade, incentivo e recursos da empresa em que trabalham, dedicam-se entusiasticamente para transformá-la em produto bem sucedido (...) Os intraempreendedores são todos os sonhadores que realizam. Aqueles que assumem a responsabilidade pela criação de inovações de qualquer espécie dentro de uma organização. Podendo ser o criador ou o inventor, mas é sempre o sonhador que concebe como transformar uma ideia em uma realidade lucrativa.

Para que isto ocorra às empresas precisam ter explicitamente em sua cultura organizacional a liberdade e seus níveis de delegações que é proporcionada ao seu colaborador, criando um ambiente de recriação e reinvenção dos processos e técnicas que a permitem encontrar novos mercados e novos produtos/serviços. Pois, o ambiente intraempreendedor nasce e se expande em função da natureza da cultura das organizações. Na maioria, a estrutura de poder e as teias hierárquicas sufocam a liberdade dos colaboradores, calando também a sua capacidade de inovar. Por outro lado, as empresas bem sucedidas são aquelas que não resistem às mudanças tecnológicas, onde todos os seus colaboradores estão atentos às transformações no ambiente de negócios.

De acordo com o autor a maioria dos funcionários com características intraempreendedoras deixa as corporações não porque consideram insuficientes seus salários e benefícios, mas porque se sentem frustrados em suas tentativas de inovar. Eles precisam de delegação de poder para agir, tanto quanto precisam de compensação material (PINCHOT III,1989).

Portanto, é também de suma importância na área da educação despertar e desenvolver nos jovens a ideia do intraempreendedor no sistema escolar, pois despertará no alunado a vontade de exercer a função empreendedora no âmbito das empresas como agente de transformação e mudança, como também desenvolver uma mentalidade inovadora e criativa, tornando-o talentoso capaz de futuramente quando tiver dentro de uma organização em que lhe der autonomia, com a possibilidade de ser inserido no capital intelectual da empresa. Diante disto, resta salientar que algumas escolas limitam-se em transferir para os alunos, apenas uma mentalidade “empreendedora”, onde a conceito principal seja somente de montar um negócio individual.

O intraempreendedor pode ser o criador ou o inventor, mas é sempre o sonhador que concebe como transformar uma ideia em uma realidade lucrativa (Pinchot III, 1989). Por este motivo, julga-se essencial a adoção de políticas de incentivo ao desenvolvimento do potencial criativo do trabalhador.

2.5 AS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS (MPEs)

A importância das micro e pequenas e médias empresas na economia de qualquer país é inegável. É de suma importância as MPEs para aqueles estudantes que pretendem montar seus próprios negócios e se tornarem “aventureiros individuais” ou autônomos. Essas empresas são responsáveis pela geração de grande parte dos empregos formais e informais, de uma fração importante das exportações e do PIB de um país. Deste modo, a Agência de Apoio ao Empreendedor e Pequeno Empresário mostra o grande prestígio das Micro e Pequenas Empresas (MPEs) apresentando algumas estatísticas, pois correspondem por 98% das empresas, 67% das ocupações e 20% do PIB brasileiro. Os pequenos negócios (formais e informais) respondem por mais de dois terços das ocupações do setor privado.

Diversos fatores conduziram ao resgate da importância do papel da pequena empresa a partir da década de 80. De início, o esgotamento de um determinado padrão de industrialização firmado em grandes empreendimentos que obrigavam a participação financeira de instituições internacionais ou dos governos, induziu a revalorizar a imagem, antes negativa, da pequena empresa.

De acordo com o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE) as micro e pequenas empresas foram responsáveis por mais de 70% dos empregos gerados no primeiro trimestre de 2010. Desse total, a maioria (45,3%) foi gerada pelas microempresas com até quatro trabalhadores. Aquelas que empregam entre cinco e 19 trabalhadores responderam por 2,2% do saldo total e os empreendimentos que têm entre 20 e 99 trabalhadores participaram com 16,7%.

A definição, mais comum e mais utilizada, é a que está na **Lei Geral para Micro e Pequenas Empresas**. De acordo com essa lei, que foi promulgada em dezembro de 2006, as micro empresas são as que possuem um faturamento anual de, no máximo, R\$ 240 mil por ano. As pequenas devem faturar entre R\$ 240.000,01 e R\$ 2,4 milhões anualmente para ser enquadradas.

Outra definição vem do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE). A entidade limita as micro às que empregam até nove pessoas no caso do comércio e serviços, ou até 19, no caso dos setores industrial ou de construção. Já as pequenas são definidas como as que empregam de 10 a 49 pessoas, no caso de comércio e serviços, e 20 a 99 pessoas, no caso de indústria e empresas de construção.

Partindo do princípio que são os empreendedores que proporcionam o verdadeiro emprego, pois são aqueles que montam as pequenas e micro empresas. Deste modo, como não dispõem de grande capital para investir em sistema de automação, os empreendedores

precisam antecipar-se a concorrência (inovando) e trabalhando com pessoas, sendo essas formas de obterem vantagem num cenário cada vez mais competitivo.

Conforme Bizaguet (1991), diferentes considerações explicam o interesse renovado pelo indivíduo criador de empresa. Primeiro, há uma dimensão ideológica que faz com que o empreendedor se beneficie hoje de uma imagem mais positiva que antigamente rompendo com a imagem negativa do capitalista. Há um renascimento do individualismo, da afirmação da vontade de independência, do desejo de materializar uma ideia nova, junto com a rejeição ao gigantismo impessoal das grandes empresas. Terceiro, há a dimensão econômica que se traduz pelo aumento das práticas de subcontratação, das franquias, da generalização do conceito de grandes empresas enxutas, mas que precisam das pequenas empresas para prestação de serviços.

Consequentemente, há mais oportunidades para a criação de novos negócios, principalmente no auxílio a difusão e ao uso das novas tecnologias de informação. A decisão de criar uma empresa seria a expressão de um novo modo de inserção dos indivíduos num novo sistema de produção. Enfim, essas mudanças geram a necessidade de pensar a formulação de um novo tipo de políticas públicas tendo por objetivo apoiar a criação de pequenas empresas como ferramenta privilegiada para o desenvolvimento econômico local ou para a difusão de novas tecnologias como também para ampliar a capacidade de gerar novos empregos.

Chiavenato (2007) destaca as grandes vantagens das pequenas empresas. Por causa de seu tamanho reduzido, elas não apresentam a enorme especialização vertical nem horizontal que as tornam pesadas, lentas e onerosas. Ao contrário, as pequenas empresas têm o dinamismo e a flexibilidade para mudanças rápidas e manobras ágeis que as grandes não têm.

Portanto, o que se começa a detectar agora é o potencial gerador de riqueza do empreendedorismo. A criação de novas empresas é um dos recursos capazes de criar novos

postos de trabalho, aumentar a cadeia produtiva e minimizar as desigualdades regionais. Entretanto, um dos principais problemas das pequenas e micro empresas brasileiras é a sua vida curta, porém recentes pesquisas do SEBRAE revelam que as micro e pequenas empresas brasileiras estão sobrevivendo mais.

2.6 O EMPREENDEDORISMO NO BRASIL

Segundo Dornelas (2005), o empreendedorismo ganhou força no Brasil somente a partir da década 1990, com a abertura da economia que propiciou a criação de entidades como SOFTEX (Sociedade Brasileira para Exportação de Software) e SEBRAE (Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas).

O SEBRAE é amplamente difundido entre os pequenos empresários brasileiros, com finalidade de informar e dar suporte necessário para a abertura de uma empresa, bem como acompanhar através de consultorias seu andamento, solucionando pequenos problemas do negócio. Surgiu em 1972 para estimular o empreendedorismo e o desenvolvimento do Brasil. Logo, é uma entidade privada e de interesse público, apoia a abertura e expansão dos pequenos negócios e **transforma a vida de milhões de pessoas por meio do empreendedorismo**. Estas são algumas das razões pelas quais o SEBRAE tem uma missão clara e focada no desenvolvimento do Brasil através da geração de emprego e renda pela via do empreendedorismo. Essas ações reforçam o papel do SEBRAE como incentivador do empreendedorismo e revelam a importância da formalização para a economia brasileira.

Apesar do pouco tempo, o Brasil apresenta ações que visam desenvolver um dos maiores programas de ensino de empreendedorismo e potencializa o país perante o mundo nesse milênio. Ações voltadas à capacitação do empreendedor, como os programas EMPRETEC e Jovem Empreendedor do SEBRAE. E ainda o programa Brasil Empreendedor,

do Governo Federal, dirigido à capacitação de mais de 1 milhão de empreendedores em todo país e destinando recursos financeiros a esses empreendedores.

Segundo David McClelland (1987), as pessoas podem ser divididas em dois grandes grupos: uma minoria que, quando desafiada por uma oportunidade, está disposta a trabalhar com determinação e afinco para conseguir o que quer, e uma grande maioria que não se importa tanto assim. McClelland afirma que as pessoas que têm necessidade de realizar se destacam porque, independentemente de suas atividades, fazem com que as coisas aconteçam.

- **EMPREENDER POR OPORTUNIDADE** é a situação em que a decisão de empreender deriva de uma escolha feita entre mais de uma alternativa, por exemplo, avaliando os custos de oportunidade. SIPILÄ (2006) descreve que o reconhecimento de oportunidades pode ser refletido como um processo, onde empreendedores buscam identificar oportunidades para explorá-las; todavia, para ser capaz de visualizar uma oportunidade, é necessário reconhecê-la, o que não é uma habilidade muito fácil de desenvolver.

Por fim, alguns estudiosos conceituam *oportunidade econômica*, como uma situação futura desejada que tem um potencial valor econômico. Corroborando com o mesmo pensamento os autores Saks & Gaglio (2002), expõem que o reconhecimento de oportunidades de mercado é a principal ação do processo de empreendedorismo para alcançar o progresso econômico e seu desenvolvimento. A capacidade de identificar oportunidades se distingue pela capacidade de identificar novas oportunidades de produtos e/ou prestação de serviços; perceber o que os outros não percebem, ou seja, visualizar além.

- **EMPREENDEDORISMO POR NECESSIDADE** é quando simplesmente não existem outras opções para ganhar a vida e não há uma avaliação comparativa a ser feita. Em outras palavras, os que empreendem por necessidade, são aqueles que se localizam em regiões onde oportunidades de trabalho são insatisfatórias ou inexistentes.

Birley & Westhead *apud* Lezana & Tonelli (2004) procurando desvendar as necessidades que motivam os empreendedores, mais de mil empresários em 11 países foram entrevistados quanto às necessidades que caracterizavam suas personalidades. Os resultados da pesquisa destacaram as seguintes necessidades:

- ✓ **Aprovação:** há uma busca de aprovação por seus comportamentos, com isso deseja conquistar alta posição na sociedade, ser respeitados pelos amigos, pela família, ser reconhecido;
- ✓ **Independência:** o empreendedor busca na independência impor seu próprio enfoque no trabalho, flexibilidade na vida pessoal e profissional, controlar seu tempo, etc.;
- ✓ **Desenvolvimento pessoal:** um novo empreendimento oferece inúmeras situações para que o empreendedor desenvolva seus conhecimentos e habilidades, inove, transforme ideias em produtos, aprenda continuamente;
- ✓ **Segurança:** necessidades do empreendedor de se proteger de perigos reais ou imaginários, físicos ou psicológicos; geralmente espera que sua empresa lhe permita rendimentos suficientes para manter uma vida digna para si e sua família;
- ✓ **Auto-realização:** necessidade de maximizar seu potencial pessoal é o querer desenvolver a capacidade de superar seus próprios limites.

Especialistas chegaram à conclusão de que fatores como políticas governamentais ainda escassas e a baixa escolaridade do brasileiro, são os principais entraves para o desenvolvimento de iniciativas empreendedoras no país. Por outro lado, somos beneficiados pela dinâmica do mercado interno e a infraestrutura física de telecomunicações e internet.

2.7 TAXA DE SOBREVIVÊNCIA DAS EMPRESAS

As micro e pequenas empresas (MPEs) brasileiras estão sobrevivendo mais. Segundo a mais nova pesquisa do SEBRAE (2009) sobre o tema, *78% dos empreendimentos abertos no período de 2003 a 2005 permaneceram no mercado*. O resultado é considerado extremamente positivo, quando comparado com o obtido em pesquisa anterior, em que esse índice foi de 50,6%, para empresas abertas entre 2000 e 2002. **A Paraíba ficou com taxa de sobrevivência de 80,8%, um índice acima da média nacional (vide Figura 1).** O crescimento do Brasil foi significativo: a taxa de sobrevivência passou de 51,6%, em 2002, para 78% em 2005.

- **Taxa estadual de sobrevivência de MPE constituídas em 2005**

Em 15 unidades da Federação, o índice de sobrevivência das empresas ficou acima da média nacional. Período da pesquisa de 2003-2005.



Figura 1 - Taxa estadual de sobrevivência de MPE constituídas em 2005.

Fonte: Observatório das MPEs do SEBRAE-GO

Para o diretor-técnico do Sebrae Nacional, Luiz Carlos Barboza, essa melhora significativa na taxa de sobrevivência das empresas é atribuída a dois fatores: **a elevação do nível educacional dos empreendedores e o aumento na busca por mais informações para a abertura e gestão dos negócios.** "Empreendedores mais bem capacitados e informados em um ambiente econômico favorável é a receita adequada para a maior sobrevivência das empresas", justificou.

2.8 TAXA DE MORTALIDADE INFANTIL DAS EMPRESAS

O último levantamento realizado pelo SEBRAE-SP indica que 27% das empresas fecham no primeiro ano, 38% encerram suas atividades até o segundo ano, 46% fecham antes do terceiro ano, 50% não concluem o quarto ano, 62% fecham até o quinto ano e 64% encerram suas atividades antes de completar seis anos de atividade.

O SEBRAE-SP (2008) destaca que com as quedas nas taxas de mortalidade de empresas, particularmente no caso das empresas mais novas, o volume absoluto de empresas encerradas a cada ano vem se reduzindo, passando de um nível próximo de 100 mil encerramentos/ano para algo próximo a 80 mil encerramentos/ano. Não obstante isso, o número absoluto de empresas encerradas ainda é elevado. A pesquisa mostra que 27% das empresas paulistas fecham em seu 1º ano de atividade. Essa taxa de mortalidade empresarial é alta, porém é a menor taxa de fechamento de empresas em 10 anos de monitoramento por parte do SEBRAE-SP.

Em geral, o encerramento das atividades das empresas repercute negativamente na vida do empresário por meio de perdas financeiras e problemas de autoestima. **O custo da mortalidade de empresas para a sociedade é expressivo** sob o ponto de vista da eliminação de postos de trabalho e da perda financeira. Levando-se em consideração o último ano da

série (81.324 empresas fechadas em 2006), dado que em média, ao fechar as empresas da amostra possuíam 327.569 pessoas ocupadas. Deste modo, para se ter uma noção, o fechamento das empresas paulistas de um a cinco anos de atividade significou a eliminação de cerca de 267 mil postos de trabalho no ano de 2006.

- **Taxa estadual de mortalidade de MPE constituídas em 2005**

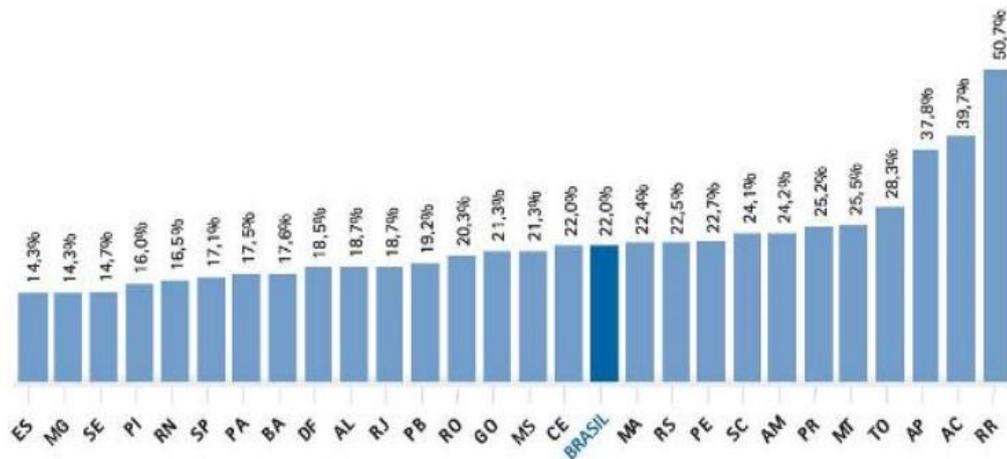


Figura 2 - Taxa estadual de mortalidade de MPE constituídas em 2005.

Fonte: Observatório das MPEs do SEBRAE-GO

As regiões Sudeste e Nordeste apresentam uma queda constante, ao longo do período, na quantidade de empresas que encerram suas atividades, e são as regiões que apresentam a menor taxa de mortalidade em 2005 para as empresas com até dois anos, ou seja, 16,1% e 18,9%, respectivamente. **A Paraíba ficou com taxa de mortalidade de 19,2%, um índice a baixo da média nacional (vide Figura 2).** Período em que a pesquisa foi realizada 2003-2005.

Portanto, com a implantação da cultura empreendedora nas escolas seria uma das formas de se reduzir gradualmente a taxa de mortalidade infantil das empresas; nesse caso, mais aventureiros individuais ou “pré-empreendedores” possuiriam mais conhecimentos técnicos e gerenciais para poder lidar com as incertezas e riscos diante da dinâmica do mundo dos negócios. Visto que a esmagadora maioria dos empreendedores formais e informais, antes

do negócio atual, encontrava-se ocupados como empregados, autônomos, donas de casa ou empregadores em outros negócios.

2.9. EMPREENDEDORISMO NA EDUCAÇÃO

2.9.1 Sistema Educacional Brasileiro: currículo escolar

A partir das determinações da legislação educacional vigente é que a escola e o professor desenvolvem seus trabalhos. O sistema Educacional brasileiro desde muito tempo demonstra certa preocupação com um currículo escolar que ofereça ao aluno, um conhecimento a respeito de trabalho, assim era o que ilustrava na **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB)** a lei nº 5.692/71. No seu Capítulo I em que fixa diretrizes e bases para o ensino de 1º e 2º graus que descreve no Art. 1º quando o ensino brasileiro foi transplantado dos Estados Unidos com a finalidade de atender as demandas do crescimento industrial do momento:

Art. 1º - O ensino de 1º e 2º graus tem por objetivo geral proporcionar ao educando a formação necessária ao **desenvolvimento de suas potencialidades** como elemento de auto-realização, **qualificação para o trabalho** e preparo para o exercício consciente da cidadania. (Brasil. LDB lei nº 5.692/71) grifo nosso.

Acontece que esta determinação da lei não foi cumprida, pois sabe-se que na prática da maioria das escolas não houve nenhuma preocupação quanto à qualificação do jovem para o mercado de trabalho, negando a eficiência de um saber necessário para as primeiras ideias dessa qualificação, como também para o desenvolvimento de uma cultura empreendedora no país.

Com a mudança dessa lei para a atual LDB, nº 9.394/96, o Ministério da Educação e Cultura (MEC) incluiu na seção I (das Disposições Gerais), no Art. 26, a chamada **Parte Diversificada** no currículo escolar, acompanhado pelos **Temas Transversais** entre eles

encontra-se a temática: *Trabalho e Consumo* sugerido nesta nova LDB pelos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) que são definidos como referências de qualidade para a educação no ensino fundamental em todo o Brasil. Diversas habilidades podem ser desenvolvidas através deste tema.

O tema transversal Trabalho/Consumo torna-se adequado para preparar os jovens para a sua inclusão no mundo do trabalho, e é apropriado para discutir assuntos como consumo, direitos, desemprego, empreendedorismo.

Conforme Gavidia (2002), o termo **transversal** “[...] representa o conjunto de valores, atitudes e comportamentos mais importantes que devem ser ensinados. É o símbolo de inovação, de abertura da escola para sociedade [...]” (GAVIDIA, 2002, p.16). Portanto, os “temas transversais” dizem respeito a conteúdos de caráter social, que devem ser incluídos no currículo do ensino fundamental, de forma “transversal”, ou seja: não como uma área de conhecimento específico, mas como conteúdo a ser ministrado no interior das várias áreas estabelecidas.

A Secretaria de Educação Fundamental (BRASIL, 1998) define uma estrutura exclusiva para o Ensino Fundamental, com as áreas de ensino necessárias para o desenvolvimento das competências, como matemática, história, geografia, ciências naturais, língua portuguesa, arte e educação física, seguidas de temas transversais como, por exemplo, *ética, meio ambiente, pluralidade cultural, trabalho e consumo, saúde e educação sexual*. Pedro (2007) *apud* Lezana (2009), contudo, descreve sobre a possibilidade e a necessidade de inclusão de novos conteúdos, com vistas ao desenvolvimento de novas competências. Entre eles está o Empreendedorismo. É de suma importância que haja uma contribuição para o desenvolvimento de competências e habilidades para o trabalho, abrindo o universo para as escolhas profissionais e ampliando a prática do “aprender a fazer” e do “aprender a empreender”.

Desde 2006, a duração do Ensino Fundamental, que até então era de 8 anos, passou a ser de 9 anos. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB 9395/96) foi alterada em seus artigos 29, 30, 32 e 87, através da Lei Ordinária 11.274/2006, e ampliou a duração do Ensino Fundamental para 9 anos, estabelecendo como prazo para implementação da Lei pelos sistemas de ensino, o ano de 2010.

O Ensino Fundamental passou então a ser dividido da seguinte forma:

- **Anos Iniciais** – compreende do 1º ao 5º ano, sendo que a criança ingressa no 1º ano aos 6 anos de idade.
- **Anos Finais** – compreende do 6º ao 9º ano.

O Ensino fundamental é uma das etapas da educação básica no Brasil. Tem duração de nove anos, sendo a matrícula obrigatória para todas as crianças com idade entre seis e quatorze anos. Os sistemas de ensino têm autonomia para desdobrar o Ensino Fundamental em ciclos, desde que respeitem a carga horária mínima anual de 800 horas, distribuídos em, no mínimo, 200 dias letivos efetivos. Portanto, no Ensino Fundamental II (Maior) ou do 3º e 4º ciclo (compreende-se do 6º ao 9º ano) deve situar o educando como sujeito produtor de conhecimento e participante do mundo do trabalho, preparando-o para participar da vida democrática e para lidar com as novas tecnologias. Os conteúdos curriculares para o Ensino Fundamental Brasileiro tem uma base nacional comum, que deve ser complementada por cada sistema de ensino, de acordo com as características regionais e sociais, desde que obedçam as diretrizes fixadas. Dentre elas, na seção I da LDB, no seu Art. 27, destaca-se:

I – a difusão de valores fundamentais ao interesse social, aos direitos e deveres dos cidadãos, de respeito ao bem comum e à ordem democrática;

II – orientação para o trabalho.

A educação básica tem por finalidades desenvolver o educando, assegurar-lhe a formação comum indispensável para o exercício da cidadania e fornecer-lhe meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores. A partir do 6º ano, as crianças começam a passar por profundas mudanças. Muda o corpo, muda a mente, os anseios são outros. Uma escola que se preocupa com seus alunos precisa ser sensível a essas mudanças.

Deste modo, a escola deve estar em sintonia com a atualidade, com a construção de competências básicas e com o desenvolvimento dos alunos para que supere as fronteiras da sala de aula e busca uma visão do mundo globalizado. Assim sendo, considera-se essa fase como sendo ideal para disseminar a cultura empreendedora nos alunos. Visto que, eles já possuem uma certa base dos princípios matemáticos, e demais discernimento necessários para educação empreendedora.

2.9.2 A Cultura Educacional brasileira: formadora de empregados

Não é preciso fazer grandes observações para verificar os quão tradicionais e antiquados têm sido, via de regra, os objetivos e atuações pedagógicas do sistema de ensino brasileiro, incorporado a metodologias muitas vezes ultrapassadas e ineficazes. Como é percebido nesta afirmação: “a cultura educacional em nosso país tem sido dirigida para formação de mão de obra destinada às grandes empresas”. (GUILHON; ROCHA, 2000).

Ao longo de nossa existência nossa cultura tem disseminado que as pessoas a buscassem uma colocação no mercado formal de trabalho, como assalariados formando o velho é bom empregado. Em conformidade é o que relata o autor Almeida (2001) a educação curricular brasileira é formadora dos “*cabeças de empregado*”. A grande maioria da população foi educada para ter patrão, carteira assinada, FGTS, aposentadoria, enfim, ter “segurança”.

A maioria juvenil foi criada para ser bons funcionários de uma grande organização. Nota-se que o emprego da forma que se conhece hoje tende a ser cada vez mais escasso; porque o ensino educacional brasileiro continua exclusivamente a formar jovens para serem empregados, ou seja mão de obra assalariada. Por que não formar jovens para serem empregadores? Ou seja, empreendedores.

Para o trabalho autônomo, para o associativismo, para o cooperativismo, que surgem como novas possibilidades de geração de trabalho e renda. Essas palavras apavoram a maioria das pessoas com mais de quarenta anos, mas o novo mundo se constrói olhando para frente e não lutando para tentar segurar um passado que debilita.

O emprego-padrão de hoje, com vínculo salarial, patrão e horário rígido, já é artefato do século passado. Realmente teremos poucos empregos neste novo século. As vagas de emprego nas empresas estão cada vez mais enxutas, devido às crises financeiras e à crescente apropriação das vagas dos trabalhadores por máquinas. Com tão poucas oportunidades, o emprego assalariado está em extinção no Brasil. É a Era do Emprego por Conta Própria (LEITE, 1999).

No processo atual de ensino nas escolas ainda possui uma tendência pedagógica clássica, onde o aluno é tratado como um ser passivo, recebendo as informações, regras, conceitos. Tal prática expressa à visão de que o ser humano não é capaz de ele próprio construir suas atitudes ou outros saberes, tendo uma visão de gente como um ser capaz de criar, ser, empreender e conviver. Sendo assim, os alunos apenas ouvem, memorizam e obedecem tudo aquilo que o professor transmite, sendo o educador elevado a um mero narrador ou transmissor de informações. O jovem, atualmente, é o segmento mais displicentemente olhado pela sociedade, uma vez que não existe política pública efetiva capaz de engajá-lo na sociedade.

No documento introdutório, em sua primeira página de apresentação dos PCNs, está a seguinte afirmação:

Os Parâmetros Curriculares Nacionais, referenciais para a renovação e reelaboração da proposta curricular, reforçam a importância de que cada escola formule seu projeto educacional, compartilhado por toda equipe, para que a melhoria da qualidade da educação resulte da co-responsabilidade entre todos os educadores. A forma mais eficaz de elaboração e desenvolvimento de projetos educacionais envolve o debate em grupo e no local de trabalho (BRASIL, 1997a, p.9).

Portanto, a escola deve acompanhar a evolução dos outros setores: econômicos, políticos, financeiros, etc., e contribuir na concepção de um indivíduo que saiba se movimentar na vida cotidiana. Saviani (1996, p. 157) destaca que “a escola está ligada a este processo, como agência educativa ligada às necessidades do progresso, às necessidades de hábitos civilizados, que correspondem à vida nas cidades”. Logo, também está ligado o papel político-social da educação escolar enquanto formação para a cidadania, formação do cidadão.

O novo cenário global em que há uma acirrada arena de competitividade não dar lugar aos profissionais desempenharem suas atividades na forma de contratos de trabalho, o clássico emprego da era industrial. Nossa economia é impulsionada pelas grandes empresas e pelo Estado, nada mais cômodo do que formar empregados. Deste modo, o que se almeja é modificar o panorama atual por meio de uma revolução consciente e madura através de ações concretas. Sendo assim, precisamos de uma sociedade empreendedora, na qual a inovação e o empreendedorismo sejam estimulados em todos os setores sociais.

Segundo Ricca (2004):

É preciso que a ideia das novas formas de trabalho, e não exclusivamente de emprego, seja levada para o jovem desde o ciclo básico até a Universidade, de modo que ele seja educado para a mudança e não para estabilidade. Ele deve ser ensinado a conviver com o risco e aprender com ele, a pensar grande, a ter autoestima, coragem, confiança e capacidade para gerir sua própria vida, vendo na mudança a oportunidade e não a ameaça. Abrir um pequeno negócio deveria ser objeto de realização pessoal e não de falta de opção.

Portanto, é o que descreve na afirmação bastante pertinente do autor quando diz: *é preciso considerar que as instituições escolares devem compreender que seu verdadeiro cliente não é o aluno, mas a sociedade que poderá aproveitar, ou não, o indivíduo que a instituição forma ou deforma* (BERNHOEFT, 1997). Enfim, para que não se repita no ensino brasileiro a perpetuação de uma cultura formadora de “cabeças de empregados”, ou seja, de uma mão de obra assalariada, se faz necessário uma inovação pedagógica baseada numa tendência de uma cultura empreendedora. Em outras palavras, o papel da educação na aprendizagem do espírito Empreendedor transmite o conhecimento necessário para enfrentar as dificuldades do mundo.

2.9.3 Aprendizagem do Empreendedor

Santos (2004, p. 55) descreve que crianças já “exalam em sua curiosidade, criatividade, ousadia, determinação e persuasão a essência do espírito empreendedor”. Logo, a própria criança em sua natureza já demonstra características de um jovem pré-empresário.

Nesse sentido, educar implica em despertar a rebeldia, a criatividade, a força da inovação para construir um mundo melhor. É substituir a lógica do utilitarismo e do individualismo pela construção do humano, do social, da qualidade de vida para todos (DOLABELA, 2010).

Atualmente, é possível aprender ser empresário na escola, utilizando os recursos da comunidade. Despertando nos jovens uma inquietação, para tentar resolver as necessidades do mercado, e em posterior, levar a uma possível atitude empreendedora. Pesquisas recentes demonstram que no Brasil, apenas 14% dos empreendedores têm formação superior e 30% sequer concluíram o ensino fundamental, enquanto que nos países desenvolvidos, 58% dos empreendedores possuem formação superior. Quanto mais alto for o nível de escolaridade de

um país, maior será a proporção de empreendedorismo por oportunidade. Nos Estados Unidos o empreendedor é tido como herói. No Brasil é aquele empregado que não deu certo e deu um jeito de continuar vivendo (Mark Barsinsk , sócio proprietário da Propay).

Mascarello (2010) expõe que a educação é indiscutivelmente um dos maiores problemas em nosso país, e é essencial atacá-lo para redefinirmos nosso papel no mundo. Melhorar a educação pública do ensino fundamental e médio, dar maior acesso a educação superior, tornar mais efetivo a utilização dos recursos públicos, são alguns fatores que devem ser tratados para atingirmos esta meta, através das políticas públicas mais adequadas para a nossa realidade.

Morrin (2000) faz a seguinte reflexão: o papel da escola passa pela porta do conhecimento. É ajudar o ser que está em formação a viver, a encarar a vida [...] O papel da educação é de nos ensinar a enfrentar a incerteza da vida; é de nos ensinar o que é o conhecimento, porque nos passam o conhecimento, mas jamais dizem o que é o conhecimento. E o conhecimento pode nos induzir ao erro. Todo conhecimento do passado, para nós, são as ilusões. Logo, é preciso saber estudar o problema do conhecimento. **Em outras palavras, o papel da educação é de instruir o espírito a viver e a enfrentar as dificuldades do mundo.** grifo nosso.

Segundo Dolabela (2007, p. 1), O empreendedorismo deve “ser introduzido na educação formal da pré-escola à universidade”. Assim, o autor relata que a maioria das pessoas, desde que estimulada, pode desenvolver mentalidade e habilidades empreendedoras, tornando-se capaz de criar empresas e gerar novos empregos[...].

O estudo do comportamento do empreendedor é fonte de novas formas para a compreensão do ser humano em seu processo de criação de riquezas e de realização pessoal. Sob este prisma, o empreendedorismo é visto também como um campo intensamente relacionado com o processo de entendimento e construção da liberdade humana (DOLABELA, 2000, p.21).

Há algumas tentativas, por parte de escolas brasileiras, de trabalhar o tema com seus alunos até a oitava – agora nona – série, ou seja, *no Ensino Fundamental*, porém são poucas as que realmente o integram em seu currículo. Não obstante, o ensino do empreendedorismo na educação formal, especialmente no Brasil, só recentemente alcançou o ensino fundamental, após muitos anos restritos ao ensino superior, sobretudo aos cursos de Engenharia e Administração e, posteriormente, também ao ensino médio, em que fora inserido com a finalidade de “despertar o interesse dos jovens para o mundo dos negócios” (PEDRO, 2007, p. 67).

Muitas das competências empreendedoras podem ser desenvolvidas, conforme Dolabela (2006), embora Pyysiäinen et al. (2006) alerta sobre a dificuldade de ensinar certas habilidades e conhecimentos, uma vez que estes são, em geral, adquiridos com a prática. O mesmo ocorre com os valores, que são continuamente construídos e reavaliados à medida que surgem crises e novos desafios, apesar de relativamente estáveis e duradouros (KOTTER; HESKETT, 1994). É preciso ter em mente, entretanto, que embora o desenvolvimento de competências seja possível, a aprendizagem empreendedora, de acordo com Politis (2005), é um processo contínuo.

Com a inclusão da disciplina nas escolas, despertará o espírito empreendedor nos alunos. Visto que, com a cultura empreendedora os alunos terão a garantia da produtividade e competitividade, bem como a condição fundamental para futuramente atuarem no mercado de trabalho. Os programas de educação empreendedora fazem com que a criança descubra a cultura empreendedora brincando. O ensino de empreendedorismo significa uma quebra de paradigmas na nossa tradição didática.

Conforme Dolabela (1999):

Disseminação do empreendedorismo é vista como um processo de formação de atitudes e características do que como uma forma de transmissão de conhecimentos. [...] A novidade está em dominar forma incorporar ao processo aprendizado elementos como emoção, o conceito de si, a criatividade, o não conformismo, a persistência. Portanto, está proposta de aprendizado do empreendedorismo deveria estar inserido em todos os conteúdos formativos e nos programas de ensino de todos os níveis e áreas”.

Ainda segundo o autor, o qual sugere que o professor assuma a função de criador do ambiente favorável ao desenvolvimento do empreendedor passando a ser organizador da cultura empreendedora e abandone as antigas funções de mediador do conhecimento.

A proposta não é a transmissão de conhecimentos, mas o esforço no desenvolvimento de características pessoais necessárias ao empreendedor de sucesso. Portanto, na literatura sobre a Educação Empreendedora vários autores comentam sobre que metodologia adotar:

Em alguns países “o propósito de se ensinar empreendedorismo é de estimular nos estudantes o desejo de desenvolver suas atitudes empreendedoras, talentos e habilidades, que poderão ter aplicações em uma ampla variedade de negócios e oportunidades na comunidade, nas organizações e para a realização de seus próprios objetivos” (ANDRADE e TORKOMIAN, 2001).

Para Bizzotto e Dalfovo (2001), a reprodução da competitividade do mercado, por simulações e feiras interativas em uma abordagem vivencial baseada nos pressupostos cognitivistas, é adequada para tal ensino. Dutra e Peixoto (2001), ao levantarem as práticas vigentes na região de Londrina - PR - Brasil, concluíram que o ensino de empreendedorismo é uma tendência, e que seus principais conteúdos: plano de negócio e marketing.

Filion (2000b) enfatiza a questão de aprendizagem do empreendedorismo, pois os empreendedores são pessoas que precisam continuar a aprender, não somente sobre o que está acontecendo no seu ambiente, para detectar oportunidades, mas também sobre o que fazem, para que possam agir e ajustar-se de acordo com a situação. Enquanto continuarem a

aprender, continuarão a cumprir seu papel e a agir de maneira empreendedora. Os empreendedores vivem um processo de evolução constante. No entanto, o foco principal do seu processo de aprendizagem é sempre a capacidade de detectar oportunidades, a qual lhes permite continuar a desempenhar seu papel empreendedor.

A disciplina empreendedorismo forma o cidadão por completo. Segundo Cope (2005) a aprendizagem do empreendedor envolve:

- I) **Auto conhecimento:** compreensão de suas forças e fraquezas, o papel da mudança nos negócios; necessidades e objetivos pessoais e familiares; desenvolvimento pessoal; interesses e motivações pessoais;
- II) **Conhecimento do negócio:** forças e fraquezas; oportunidades e ameaças; necessidades internas do negócio; exigências para o crescimento; conhecimento do staff e visão de futuro;
- III) **Conhecimento do meio e networks:** aprendizagem como administrar relacionamentos com clientes, fornecedores e concorrentes;
- IV) **Conhecimento da administração do pequeno negócio:** como controlar os negócios, incluindo procedimentos e sistemas como recrutamento, salários e recompensas; e
- V) **Conhecimento da natureza e administração dos relacionamentos internos e externos à empresa,** elemento que integra as demais áreas.

A metodologia a ser oferecida é concebida como resposta às necessidades de nossas escolas estarem oferecendo um conteúdo novo aos seus alunos, preparando-os para o mercado de trabalho, colaborando na formação de uma cultura em que tenham prioridade valores como geração e distribuição de riquezas, independência, inovação, criatividade, auto sustentação, liberdade e desenvolvimento econômico.

O objetivo de se abordar “**Criatividade**” é favorecer o desenvolvimento de comportamento criativo o qual vem a ser de grande importância na atividade empreendedora.

[...] para propiciar um ambiente de aprendizagem, é necessário saber como ocorre o processo de construção do conhecimento, como o cérebro trabalha, como armazena e decodifica a informação, como associa a outras informações, quais as estratégias para desenvolver a criatividade, como desenvolver o pensamento lógico e como aprender a aplicar esse conhecimento em outras áreas. (WICKERT, 2006, p.40)

A criatividade é fundamental para a identificação de novos paradigmas que poderão configurar uma oportunidade de negócio. Exercícios de criatividade favorecem a quebra dos bloqueios mentais que inibem a criatividade. As técnicas mais usuais deste método são: as Dinâmicas de grupo e as Técnicas de vivência em grupo.

Nesse processo o empreendedor está constantemente utilizando sua capacidade visionária e sua criatividade para aprimorar os produtos, tornando-os melhores e mais acessíveis para atender a necessidade e o bem-estar da população. Deste modo, entende-se que disseminação dessa metodologia no ambiente escolar proporciona um estímulo ao desenvolvimento local, que surge das ações e do dinamismo da comunidade local, sendo a escola a ponte de ligação desse mecanismo. Apresentando uma bela oportunidade para a escola a repensar seus valores e seu papel na comunidade.

Segundo o pesquisador ALVARO MELLO (s.d.), a “Velha Escola” ou tradicional apresenta as seguintes pontos negativos para o alunado, como por exemplo:

- Não leva em conta os fatores ambientais, a estrutura do conceito do negócio, as variáveis críticas do negócio, etc.;
- A existência de poucos programas e estratégias que incorporam métodos sistemáticos para identificar o potencial empreendedor;
- Quase nenhuma menção sobre aspectos éticos nos negócios;
- Dificuldades existentes para selecionar e reforçar no indivíduo a capacidade de criar sua própria empresa e ter sucesso empresarial.

Por outro lado o mesmo autor propõe uma Pedagogia do Empreendedorismo baseado nas principais experiências acadêmicas desenvolvidas no Brasil nos últimos 23 anos, nesta área do conhecimento gerencial, particularmente ao adotar os enfoques e diretrizes da “Nova Escola” do Empreendedorismo.

Deste modo, uma nova proposta pedagógica que está surgindo, baseada no conhecimento moderno da educação empreendedora obtidas em pesquisas sistemáticas, que evidenciam mudanças no ensino e na aprendizagem. Portanto, quantos aos Recursos Pedagógicos que devem ser usadas nos cursos de Empreendedorismo, ao se adotar as abordagens mais modernas no ensino do Empreendedorismo, o autor aconselha o seguinte:

- Uso da tecnologia da informação na elaboração dos planos de negócios
- Desenvolvimento de protótipos de produtos ou serviços, como parte do curso:
- Uso de estudos de viabilidade nas propostas desenvolvidas em classe
- Uso de vídeo e cds com empreendedores
- Uso de exposição ao vivo de casos de empresas e empreendedores bem sucedidos
- Uso de estudos de caso ao vivo, sobre empreendedorismo
- Avaliação cruzada dos planos de negócios realizados pelos alunos
- Acompanhamento através de “diário” das atividades relacionadas como estudo do novo negócio
- Adoção de sistema de avaliação (notas) que leva em conta o aluno levantar recursos financeiros, com base no plano de negócios desenvolvidos em sala de aula
- Concessão de bolsas de estudos para alunos de empreendedorismo

Desta forma, os cursos de formação de empreendedores deverão ensinar e discutir os seguintes tópicos:

- Fatos X mitos sobre criação de empresa
- Habilidades/talentos realmente comprovados

- Criatividade e Inovação - Atitude com respeito a ambiguidade
- Habilidade na identificação de oportunidades
- Técnicas de avaliação do novo negócio
- Recursos para posta em marcha do novo negócio
- Estratégias para novos negócios
- Tutoria à “profissão” de empreendedor e aos aspectos éticos
- Técnicas de negociação
- Rede de contatos (networking)

Assim, ao se levar em consideração os tópicos a serem abordados na educação empreendedora moderna, sugerem-se os seguintes cursos, que deverão fazer parte de um Programa de Empreendedorismo:

- Finanças para novos negócios
- Marketing para novos negócios
- Gestão Empreendedora
- Desenvolvimento e design de produtos
- Estudos de viabilidade
- Economia na criação de empresas
- Psicologia dos empreendedores
- História dos empreendedores
- Intraempreendedorismo e Inovação
- Aspectos jurídicos, contábeis, e fiscais em novos negócios.

Afinal, todos os requisitos apresentados na metodologia do ensinamento da aprendizagem do Empreendedor, são propostas valiosas que contribuem, certamente para estimular os estudantes na sua formação de cidadão empreendedor.

2.10. FORMANDO PARCERIAS: JUNIOR ACHIEVEMENT - SEBRAE

Quando a escola estiver despertando o interesse em implantar no seu currículo escolar a cultura empreendedora, é fundamental buscar parcerias com outras instituições. Pode-se enfatizar duas delas: a **Junior Achievement** e o **SEBRAE**, pois são responsáveis em disseminar e estimular nos estudantes o espírito empreendedor. Permitindo preparar melhor os estudantes, para que saiam para o mercado de trabalho melhor formados profissionalmente e informados do ponto de vista cultural e político.

A **Junior Achievement (JA)** criada nos EUA, em 1919, é a maior e mais antiga organização de educação prática em economia e negócios. Foi desenvolvida por dois grandes nomes do capital americano: Horace Moses e Theodore Vail, presidentes da Strathmore Paper Company e da AT&T, respectivamente. Fundação educativa sem fins lucrativos, ela é mantida pela iniciativa privada e está envolvida na maioria dos projetos bem-sucedidos que levam a cartilha do mundo dos negócios às escolas.

O pessoal da JA procura despertar o espírito empreendedor nos jovens ainda na escola, estimulando o desenvolvimento pessoal, proporcionando uma visão do que é o mundo dos negócios e facilitando o acesso ao mercado de trabalho. Para isso, oferece programas de educação econômica, proporcionando aos alunos envolvidos, experiências no sistema da livre iniciativa. Isso acontece por meio da parceria entre escolas e voluntários da classe empresarial que dedicam parte de seu tempo ensinando e compartilhando suas experiências com os estudantes.

No Brasil, os programas começam na 5.^a série do Ensino Fundamental e vão até o primeiro ano do Ensino Superior. Nos EUA, iniciam-se desde o jardim de infância.

Atualmente, 112 países aplicam os programas dessa organização, atendendo aproximadamente 6,5 milhões de jovens por ano. **No Brasil**, a JA atua em *São Paulo, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Rio de Janeiro, Amazonas, Espírito Santo, Bahia, Goiás,*

Paraná, Pernambuco, Minas Gerais, Piauí, Amapá e Roraima, onde mais de 500 mil jovens participaram de seus programas. O jovem vive o que acontece na prática, pois é importante destacar que o programa utiliza empresários e gerentes de empresas como consultores, chamados de *adviser*, cujo papel é orientar os jovens no desenvolvimento do trabalho. Seus programas educativos buscam despertar o interesse dos estudantes, ensinando-os a “aprender fazendo”.

Os benefícios para os participantes envolvem o despertar no jovem o espírito empreendedor, estimular o trabalho em equipe, desenvolver as habilidades de comunicação e organização, fortalecer os princípios éticos e proporcionar uma visão realista da economia, como também, auxílio na identificação de opções de carreiras, empatia entre professores e voluntários do meio empresarial, com benefícios para ambos. Enfim, os benefícios para sociedade resultam na criação de riqueza, mais empregos e pessoas mais informadas com maior espírito empreendedor, voltados para desenvolvimento local.

Segundo Malu Rogers de Castilho, diretora executiva da organização no Paraná, o diferencial da JA é em: “estimular os jovens a serem empreendedores e não esperar que a pessoa se forme para descobrir o que ela quer da vida. Atualmente, um grande número de instituições nos procura e precisa “entrar numa fila” para formar parceri”.

Outra importante parceria pode ser estabelecida entre a escola e o **SEBRAE - Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas** despertando nos estudantes da rede pública o espírito empreendedor, de forma a alertá-los de que não precisam, necessariamente, ser empregados, pois têm outra opção de vida, a de terem negócio próprio.

O esforço inicial desenvolvido pela área responsável pela condução da política educacional da Instituição – a UEDCE – Unidade de Educação e Desenvolvimento da Cultura Empreendedora - foi no sentido de construir os Referenciais Educacionais do SEBRAE. Trata-se de documento chave, referendado pelos gerentes de educação de todas as unidades da federação, que “contém diretrizes básicas para os profissionais que trabalham com educação

no SEBRAE – gerentes, consultores, técnicos, prestadores de serviços e parceiros – constituindo-se em um balizamento para sua atuação”. (WICKERT, 2006, p.10).

Todas as iniciativas educacionais do SEBRAE, sejam elas realizadas por via presencial ou a distância, são concebidas orientando-se nos Referenciais Educacionais da Instituição, levando em conta, entre as diversas teorias que lhes dão fundamento, a edificação dos pilares propostos pela UNESCO. *Os quatro pilares da Educação* para o Século XXI são conceitos de fundamentos da educação coordenados por Jacques Delors em 1991.

O SEBRAE ao lançar em 2001 os Referenciais para uma Nova Práxis Educacional, propôs uma atitude reflexiva e crítica sobre suas práticas educacionais e sobre teorias que as fundamentam, **tornando-se disseminador de um processo de educação empreendedora** que integra o desenvolvimento das dimensões humanas: Saber conhecer, Saber Ser/Conviver e Saber Fazer (WICKERT, 2006, p.28). grifo nosso.

Portanto, a metodologia do curso é composta por material didático e vídeos, aonde são totalmente voltadas ao espírito e comportamento empreendedor, dando ênfase no mercado e finanças. Com o curso os alunos aprendem a calcular o preço de venda, margem de contribuição, ponto de equilíbrio, custo fixo, custo variável e fluxo de caixa. Aborda tópicos como: concorrência e marketing. As aulas são teóricas e práticas. Os vídeos possibilitam aos alunos um ambiente descontraído e criativo. É respeitado o ritmo de aprendizado de cada um, favorecendo o espírito investigativo e cooperativo do grupo.

O projeto desenvolve os diferentes interesses dos alunos: os que possuem um pequeno empreendimento comercial; os que estão se preparando para empreender seu próprio negócio; os desempregados que querem novos conhecimentos; os que ainda não abriram as suas empresas. As aulas vão ajudá-los a melhorarem os seus resultados, a conhecerem melhor o mercado onde atuam e a organizarem suas finanças. Também, ajudarão a potencializar o comportamento empreendedor destas pessoas e a traçar seu próprio caminho em direção ao sucesso nos negócios.

Ricca (2004) relata que foi Lançado em 2004, o “**Jovem Empreendedor**” que é um Programa do Ministério do Trabalho e Emprego e tem o objetivo de capacitar estudantes do ensino fundamental ou médio, na faixa etária de 16 (emancipados) a 24 anos, provenientes de famílias com renda per capita de até meio salário mínimo. Os SEBRAE estaduais definirão o formato e duração, conforme características de cada região. Durante a capacitação, os jovens obterão informações sobre a economia nacional, ambiente empresarial, competitividade, gestão de negócios, e outros temas mais. O SEBRAE é parceiro do programa e responsável pela capacitação e acompanhamento dos negócios dos jovens empreendedores. Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal, Banco da Amazônia e Banco do Nordeste são os agentes financeiros que concedem crédito aos selecionados.

Com um total de 75 horas, o curso é composto por oito módulos e uma palestra. A primeira parte do treinamento é o Saber Empreender, atividade de 27 horas, na qual são trabalhados basicamente os temas "Quem é o Empreendedor", "O Empreendedor em Ação" e "Orientação para Resultados". Em seguida, são realizados os módulos "Identificando Oportunidades de Negócios", "Análise de Mercado", "Concepção de Produtos e Serviços", "Marketing", "Análise Financeira", "Fluxo de Caixa" e "Legislação Trabalhista e Meio Ambiente". Ao final, acontece a Palestra "Operações Bancárias".

Os Primeiros Passos: Os professores são capacitados por facilitadores do SEBRAE e o curso pode ser incluído no currículo regular das próprias escolas onde esses professores lecionam. São José dos Campos foi o município escolhido para fazer um programa-piloto, onde foram treinadas treze turmas de professores e trinta mil alunos passaram pelo processo. Ao término de cada ciclo de aprendizagem, o município faz uma feira de empreendedorismo para que os jovens possam mostrar o que aprenderam e os projetos que desenvolvam.

2.11. CASOS DE SUCESSO: EMPREENDEDORISMO ESCOLAR

Segundo a enunciação de Dolabela (1999, p.45) “o empreendedorismo deve conduzir ao desenvolvimento econômico, gerando e distribuindo riquezas e benefícios para a sociedade”. Portanto, a comunidade tem o empreendedor que merece, pois cabe a ela criar o ambiente propício do seu desenvolvimento.

- **O CASO DO PARANÁ**

Mocellin (2007) relata a experiência no Ensino Fundamental com a implantação do Empreendedorismo na sala de aula, em três colégios estaduais de Curitiba, Estado do Paraná. Assim, em dois deles, a sétima série do ensino fundamental foi escolhida para participar deste estudo que foi realizado durante o ano de 2007 e em outro, foi trabalhado na 6^a. série, durante o primeiro semestre deste ano. As escolas são o Colégio Estadual Professor Guido Straube, o Colégio Estadual Emílio de Menezes e a Escola Estadual Professor Narciso Mendes, nos bairros Mercês, Capão Raso e Xaxim em Curitiba, respectivamente. No total, cento e quarenta e oito alunos participantes, sendo trinta pertencendo aos quadros da primeira escola, trinta e nove da segunda e setenta e nove da terceira, sendo esta última em duas turmas.

Entre os programas desenvolvidos pela *Junior Achievement* para sétima série, um destaca-se com o título “Economia Pessoal”. Este acontece em dez encontros semanais de 50 minutos cada módulo. Suas atividades procuram ajudar os alunos a entenderem seus interesses e habilidades pessoais, a explorarem opções de carreira e descobrirem o valor da educação. O depoimento de uma das *professoras* reforça a percepção positiva do projeto, quando afirma:

A minha avaliação quanto a participação da Junior Achievement no processo ensino aprendizagem de 7ª. série de nosso colégio foi de grande relevância, os alunos antes não mencionavam a questão financeira como sendo importante em sua formação, nota-se após o trabalho da Junior uma propensão à educação financeira, mais perceptível por parte dos nossos alunos. Logo avalio positiva a participação desta instituição, como mais uma colaboradora na formação integral de nosso educando.

Um *aluno* ao falar sobre o projeto afirma que:

[o projeto Economia Pessoal] Me ajudou também a entender várias coisas, fortalecendo assim o meu aprendizado para esse 'outro mundo'. Na escola aprendemos o básico, vocês ensinaram algo mais, algo pra vida e não podemos esquecer esses ensinamentos.

Os resultados apontam para melhoria no comportamento dos estudantes. Tais comportamentos podem ser evidenciados em situações como propensão ao sonho e a criatividade, melhor raciocínio matemático, maior interesse nas atividades e percepção de que a educação do empreendedorismo pode ser meio de liberdade e autonomia.

- **O CASO DO CEARÁ**

Para Bastos (2000) o *Projeto Empreendedorismo na Escola* surgiu como proposta para incorporar ao ensino curricular obrigatório, como matéria extracurricular transdisciplinar, outros conhecimentos que provocassem nos alunos novas posturas e comportamentos.

Em 1995, o diretor do Colégio Batista Santos Dumont localizado em Fortaleza, Sr. Isaac Coelho, contatou o SEBRAE/CE, pois desejava desenvolver uma disciplina que estivesse conectada às mudanças socioeconômicas vigentes, tais como, privatizações, desemprego e mudanças tecnológicas. Os alunos estavam desmotivados com a disciplina que o colégio adotava – Técnicas Comerciais. Portanto, para atender a esta demanda foi constituído, pelo SEBRAE/CE, um grupo de estudo, que desenvolveu o curso Iniciação Empreendedora e, ainda, treinou educadores para ministrarem a disciplina que foi incorporada à grade curricular do último ano do ensino fundamental do Colégio Batista.

O Projeto Empreendedorismo na Escola desenvolvido através da parceria entre SEBRAE/CE, SEDUC (Secretaria de Educação do Ceará), FAJECE (Federação das Associações de Jovens Empresários do Estado do Ceará) cujo objetivo principal era plantar a semente da cultura empreendedora junto aos estudantes das escolas públicas cearenses.

Como fruto das ações iniciadas em 2001, o projeto capacitou durante este período, 10.511 alunos de 115 escolas, envolvendo 70 municípios de todo o estado do Ceará. Conseqüentemente, um resultado intrínseco ao Projeto Empreendedorismo na Escola é a compreensão dos parceiros de que a educação para o empreendedorismo extrapola os limites da sala de aula que, também, vai ao encontro da visão de que o ambiente de aprendizagem substitui os fundamentos de sala de aula.

- **O CASO DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS: Prefeitura aposta em empreendedorismo desde os primeiros anos**

São José dos Campos é o que se pode chamar de uma cidade empreendedora. A cidade já possui um programa muito bem desenvolvido para trabalhar essa cultura na educação de jovens e crianças. O bê-á-bá do empreendedorismo é dado como disciplina aos 45 mil alunos de suas escolas públicas desde os primeiros anos da alfabetização, passando ao largo das polêmicas sobre o assunto.

Desde 1997, o prefeito Emanuel Fernandes explica que, gradualmente, o empreendedorismo foi colocado na agenda da educação municipal por meio da participação dos estudantes em projetos como o Junior Achievement. Com um parque industrial de fazer inveja, a cidade de São José dos Campos abriga grandes empresas, como a Embraer, a General Motors e a Petrobrás. Mas, ignorando o suporte econômico criado por esses grandes grupos, o prefeito Fernandes adotou o empreendedorismo como bandeira. Hoje, as 16 mil micro e pequenas empresas de São José dos Campos são responsáveis por mais de 60% dos empregos formais.

- **O CASO DO RIO GRANDE DO NORTE**

Liberato (2010) Consultor do SEBRAE/RN descreve outro caso de sucesso que foi promovido com parcerias entre o SEBRAE/RN e a SECD/RN em março de 2003, com o slogan *Você quer, você pode. Aprender, crescer e empreender*, lançaram oficialmente no Estado o ***Projeto Despertar Educação Empreendedora***. Sua ideia básica é fazer chegar ao jovem da escola pública a cultura do empreendedorismo, através de uma proposta pedagógica voltada para a formação de competências que resultassem em desempenhos geradores do crescimento pessoal e profissional, contribuindo para o desenvolvimento socioeconômico do Estado, favorecendo a inclusão social e o desenvolvimento local e regional. O SEBRAE/RN, no cumprimento do seu papel social e institucional perante a educação no Rio Grande do Norte, uniu-se à Secretaria de Educação, responsável pela complexa missão de gerenciar todos os desafios que são postos para a educação no Estado. Com tal parceria, ambas as instituições encontraram condições para promover a disseminação da cultura do empreendedorismo na escola pública.

Através do curso Iniciação Empreendedora (metodologia SEBRAE/CE), os professores aplicaram os conteúdos de empreendedorismo em sala de aula para os alunos, com uma carga-horária total de 96 horas aula, ministradas em três etapas. De 2003 a 2005 o projeto foi implantado em 104 escolas públicas, de 79 municípios do estado, tendo sido capacitados 5.495 alunos e 240 professores, com a elaboração, pelos alunos, de 1.099 (planos de negócios).

Para o SEBRAE/RN e Secretaria de Educação, surgem também apelos de professores e alunos que clamam: *levar adiante a mensagem de esperança e manter acesa a chama do empreendedorismo na educação, com o passar do tempo, e independente de políticas e/ou mudanças na estrutura governamental* (essas são algumas das frases mais ouvidas e repetidas

durante as avaliações finais do Projeto) é o que relata Antonio Carlos Teixeira Liberato consultor do SEBRAE/RN e Gestor Estadual dos Projetos Despertar e Desafio SEBRAE.

Proporcionando um misto de determinação e liderança é o que soma, em dose dupla, os gêmeos Jéferson e Jéberson Moreira Gama, dois jovens estudantes da Escola Estadual Antonio Dantas, município de Apodi, no alto-oeste do Estado. Em 2004, eles se inscreveram no Projeto Despertar: *Ao concluir o Projeto, saímos completamente transformados, mudamos nossa forma de encarar a vida, vimos novas oportunidades e tomamos consciência da nossa capacidade de liderança*, fala Jefferson, empolgado. Logo após a conclusão do Projeto Despertar eles identificaram, na cidade a falta de profissionais para cobrir eventos, realizar filmagens, alugar equipamentos, elaborar logomarcas e fotos digitalizadas.

- **O CASO DA PARAÍBA**

Conforme o SEBRAE-PB, vinte e sete jovens paraibanos, com idade entre 16 e 24 anos, fizeram o curso de capacitação do programa Jovem Empreendedor, em Sousa. O projeto do SEBRAE, cujo objetivo é criar condições para que o jovem possa ter seu próprio negócio. A capacitação, prevista para durar 75 horas, dividida em três módulos: Saber Empreender; Mercado, Pesquisa e Marketing e Finanças.

O curso do SEBRAE desafia o participante a identificar as suas características empreendedoras e, simulando a criação de uma empresa, visa a exercitar as habilidades gerenciais dos jovens na prática.

Um dos alunos do projeto relata que não esconde a satisfação em participar da turma do Jovem Empreendedor, quando diz: “Estamos aprendendo muito aqui. O mais importante é que o programa está preparando mesmo a gente. Temos a chance de amadurecer nosso modo de pensar”.

Após a capacitação, os participantes vão elaborar, com ajuda de um consultor, um plano de negócios para as atividades que pretendem implantar. O plano de negócios será submetido a um comitê, formado por representantes do SEBRAE, do Ministério do Trabalho e Banco do Brasil, Banco da Amazônia e Caixa Econômica Federal.

Iniciativas como as que foram relatadas acima mostram que é possível transformar a realidade educacional do país e, por conseguinte, transformar o cenário econômico nacional, contribuindo para a construção de um país com mais oportunidades de trabalho e renda para os cidadãos brasileiros.

Finalmente, com base em um levantamento bibliográfico sobre a temática contextualizada e abordada pelos principais teóricos e suas propostas pode se formar uma epistemologia sobre a cultura empreendedora e sua pedagogia.

CAPÍTULO III



ASPECTOS METODOLÓGICOS

3. ASPECTOS METODOLÓGICOS

Este capítulo trata dos aspectos metodológicos que foram adotados no decorrer da pesquisa, descrevendo a sua tipologia, sujeitos do estudo, universo e amostra, técnicas de pesquisa e coleta de dados, além dos métodos empregados na análise dos mesmos. A pesquisa científica diferencia-se de outra modalidade qualquer de pesquisa pelo método, pelas técnicas, por estar voltada para a realidade empírica e pela forma de comunicar o conhecimento adquirido. Assim, em consonância com o problema de pesquisa definido e a delimitação dos objetivos gerais e específicos estabelecidos são explicitados nos tópicos seguintes os aspectos metodológicos pertinentes ao presente estudo.

3.1 Tipo de pesquisa

A pesquisa é uma atividade voltada para a solução de problemas teóricos ou práticos como emprego de processos científicos. A pesquisa parte, pois, de uma dúvida ou problema e, com o uso do método científico, busca uma resposta ou solução. Cada tipo de pesquisa possui, além do núcleo comum de procedimentos; suas peculiaridades próprias.

Segundo Valentim (2005, p. 176), a **pesquisa descritiva** “observa, registra, correlaciona e descreve fatos ou fenômenos de uma determinada realidade sem manipulá-los. Procura conhecer e entender as diversas situações e relações que ocorrem na vida social, política, econômica e demais aspectos que ocorrem na sociedade”. As pesquisas deste tipo têm como objetivo a descrição das características de determinada população ou fenômeno, ou o estabelecimento de relações entre variáveis. Deste modo, a pesquisa descritiva mostra-se bastante apropriada ao trabalho realizado, uma vez que este buscou analisar o perfil dos gestores escolares, com a finalidade de traçar um perfil sócio-profissional dos entrevistados utilizando as variáveis: gênero, cargo ocupado, formação acadêmica, tempo de atuação na área da educação e na respectiva escola.

Em conformidade com os objetivos do trabalho, a pesquisa manifesta-se também como sendo de **caráter exploratório**, visto que constitui o primeiro estágio de toda pesquisa científica. Este tipo de pesquisa, segundo Gil (1991) é realizado principalmente quando o tema escolhido é ainda pouco explorado, tornando-se difícil a formulação de hipóteses precisas e operacionalizáveis sobre ele. O mesmo autor acrescenta, ainda, que esse tipo de pesquisa envolve levantamento bibliográfico; entrevistas com pessoas que tiveram experiências práticas com o problema pesquisado; além da análise de exemplos que estimulem a compreensão. Como produto final deste processo, resulta um problema de pesquisa mais esclarecido e passível de investigação mediante procedimentos sistematizados. Além disso, a pesquisa exploratória também visa clarificar conceitos, ajudar no delineamento do projeto final da pesquisa e estudar pesquisas semelhantes, verificando os seus métodos e resultados.

Para a realização deste trabalho, foi utilizado um levantamento da literatura disponível sobre a temática Empreendedorismo na Educação, pois se trata de um tema bastante recente e ainda pouco explorado. Deste modo, recorreu-se à análise de exemplos envolvendo casos de sucesso ocorridos em outros estados brasileiros, onde o empreendedorismo na educação já se faz presente através de projetos especiais, o que forneceu um maior embasamento sobre a temática estudada, facilitando a elaboração do instrumento de coleta de dados aplicado aos sujeitos da pesquisa.

No presente estudo foi empregada também a **pesquisa de campo**. Esse tipo pesquisa, segundo Lakatos e Marconi (1999), é definida como sendo a pesquisa em que se observa e coleta os dados diretamente no próprio local em que se deu o fato em estudo, caracterizando-se pelo contato direto com o mesmo, sem interferência do pesquisador, pois os dados são observados e coletados tal como ocorrem espontaneamente”.

De acordo com Andrade (1999), a pesquisa de campo “é aquela utilizada com o objetivo de conseguir informações e/ou conhecimentos a cerca de um problema’.

Para se identificar a percepção dos gestores escolares sobre a viabilidade de implantação da disciplina Empreendedorismo no currículo escolar, foi então realizada uma pesquisa de campo, em algumas das escolas públicas estaduais e municipais da cidade de Campina Grande-PB.

3.2 Sujeitos da pesquisa

Quanto aos sujeitos pesquisados, foram os principais gestores das escolas públicas estaduais e municipais da cidade de Campina Grande-PB que fizeram parte da amostra selecionada para o estudo.

3.3 Universo e amostra

A respeito do Universo de pesquisa pode-se dizer que é um Conjunto de entes portadores de pelo menos uma característica em comum e que são passíveis de ser observados, sob as mesmas condições, formando o universo de estudo. Comprovando essa afirmação, Gil (1999, p.99) conceitua universo ou população pesquisada, como sendo: “um conjunto definido de elementos que possuem determinadas características”.

Para ser representativa, a amostra tem que apresentar a capacidade de reproduzir as mesmas características importantes da população de origem, pois é um subconjunto finito de elementos extraído de uma população. Deste modo, Vergara (1998, p.48) define população amostral ou amostra como sendo: “a parte do universo (população), escolhida segundo algum critério de representatividade”.

Uma amostra pode ser probabilística (casual), quando a escolha dos elementos da amostra é aleatória, ou não probabilística (não casual), quando a escolha dos elementos não é

feita aleatoriamente. Portanto, para Lakatos e Marconi (1999) uma amostra não probabilista é obtida quando não se faz uso de uma forma aleatória de seleção. Neste caso, a amostra não se presta a certos tipos de tratamentos estatísticos e isso reduz a possibilidade de inferir para toda a população os resultados obtidos para a amostra específica.

A amostragem não probabilista pode ainda ser intencional ou por julgamento. Isto significa que os elementos da amostra são julgados como adequados, baseado em escolhas de casos específicos na população onde o pesquisador está interessado. Sendo assim, a amostra é escolhida intencionalmente pelo pesquisador.

Com base nas informações e dados fornecidos pela 3ª Região de Ensino da Secretaria da Educação do Estado da Paraíba, como também pela Secretaria de Educação do Município de Campina Grande - PB, **o universo da pesquisa** foi estimado em 57 escolas públicas do Ensino Fundamental II ou do 3º e 4º ciclos, sendo 42 escolas Estaduais e 15 escolas Municipais na cidade de Campina Grande-PB.

Para a determinação da amostra da pesquisa, optou-se pelo tipo de **amostra não probabilística intencional**, sendo escolhidas as maiores escolas Estaduais e Municipais tomando como referência no número de alunos por elas atendidos. Deste modo, a população amostral foi constituída por um conjunto de 15 unidades escolares, sendo 10 escolas Estaduais e 05 Municipais. Tornando-se assim, uma amostra representativa para uma boa coleta de dados. O número de alunos caso for implantada a disciplina, de acordo com a pesquisa foi estimado em 17.925 alunos nas escolas Estaduais e 4.351 nas escolas Municipais, totalizando 22. 276 alunos do Ensino Fundamental II ou do 3º e 4º ciclos

3.4 Coleta de dados

Um dos instrumentos de coleta de dados utilizado neste trabalho foi a **entrevista** desenvolvida com os gestores escolares, com vistas ao levantamento dos dados necessários. A entrevista para Lakatos e Marconi (1985) consiste em um procedimento utilizado na investigação social para a coleta de dados, ou ainda para ajudar no diagnóstico ou tentar solucionar problemas sociais. O método da entrevista se caracteriza pela existência de um entrevistador, que fará perguntas ao entrevistado anotando as suas respostas. A entrevista pode ser feita individualmente, em grupo, por telefone ou pessoalmente.

A entrevista pode fornecer uma quantidade de informações muito maior do que o questionário, sendo um método mais utilizado em pesquisas qualitativas. Podem ser adicionados como recursos o uso de gravador ou filmadora para auxiliar a entrevista, proporcionando uma análise mais detalhada do material coletado, mas o uso desses equipamentos poderá intimidar o entrevistado ou, caso contrário, deixá-lo muito eloquente.

Na presente pesquisa utilizou-se a **entrevista semi-estruturada**. Nesse tipo de entrevista, o investigador tem uma lista de questões ou tópicos para serem preenchidos ou respondidos, como se fosse um guia. A entrevista tem relativa flexibilidade. As questões não precisam seguir a ordem prevista no guia e poderão ser formuladas novas questões no decorrer da entrevista (MATTOS, 2005). As principais vantagens da entrevista semi-estruturada são as seguintes: possibilidade de acesso à informação além do que se listou; esclarecer aspectos da entrevista; gerar vários pontos de vista; orientações e hipóteses para o aprofundamento da investigação e define novas estratégias e outros instrumentos. (TOMAR, 2007).

A pesquisa foi realizada entre os dias 08 de junho a 16 de junho de 2010, de modo que cada entrevista teve um tempo médio de duração de 35 minutos, sendo utilizado um roteiro de entrevista (formulário guia) com perguntas semi-abertas (conversação), relacionadas com

quatorze questões, as quais envolvem vários aspectos: o perfil sócio-profissional dos gestores; conhecimento sobre a estrutura curricular da escola e sobre o tema abordado; interesses e empecilhos sobre a implantação da disciplina na escola. Como subsídio para o esclarecimento da temática aos entrevistados, foi usado um vídeo com duração de 3 minutos e meio, da última reportagem especial da série *Faça e Aconteça* do Jornal Nacional exibido pela Rede Globo no dia 20 de novembro de 2008, em que o repórter Tônico Ferreira mostra que já é possível aprender a ser um empreendedor na escola.

Com a permissão dos gestores, fez-se uso de um gravador de voz que veio auxiliar o registro dos depoimentos acerca do assunto, porém nas duas primeiras entrevistas notou-se que o primeiro entrevistado se comportou com certa inibição, enquanto o outro demonstrou bastante entusiasmo que se transformou em excesso de eloquência, por essa razão o uso do equipamento foi suspenso nas demais entrevistas.

A fim de garantir um trabalho eficiente na entrevista com os gestores, foi feito antecipadamente um pré-teste com dois gestores escolares, o qual garantiu uma maior segurança para realização da entrevista propriamente dita.

Outro instrumento utilizado na obtenção dos dados foi a **observação direta**, tanto quanto possível, a qual segundo Lakatos e Marconi (2001) é indicada para obtenção de informações sobre a realidade estudada por meio dos sentidos (visão, audição, tato, etc.).

A observação não consiste apenas em ver e ouvir, mas também em examinar fatos ou fenômenos que se desejam estudar. Com esta técnica devem ficar claro o grau de participação do observador e a duração das observações. Portanto, é um elemento básico de investigação científica, utilizado na pesquisa de campo.

Como a observação é um recurso interessante no ato da entrevista, verificou-se a apreensão por boa parte dos gestores fazendo uma alusão ao pesquisador julgando ser um certo auditor do MEC ou inspetor da UFCG, e não um graduando do curso de Administração

da referida entidade, mesmo assim houve um bom acolhimento. Foi observado também que para alguns gestores a temática se tratava de algo inusitado no currículo escolar.

Quando indagados sobre a interdisciplinaridade do tema Trabalho e Consumo inserido entre os Temas Transversais propostos pela LDB, e em quais disciplinas da escola estariam inseridos os assuntos relacionados à essa temática, observaram-se reações por parte da maioria dos entrevistados que revelaram pouca segurança nas respostas fornecidas, evidenciando o desconhecimento destes em relação ao assunto tratado, apesar da vasta atuação como educadores.

3.5 Análise dos dados

Os métodos qualitativos e quantitativos não se excluem. Embora difiram quanto à forma e à ênfase, os métodos qualitativos trazem como contribuição ao trabalho de pesquisa uma mistura de procedimentos de cunho racional e intuitivo capazes de contribuir para a melhor compreensão dos fenômenos. Pode-se distinguir o enfoque qualitativo do quantitativo, mas não seria correto afirmar que guardam relação de oposição (POPE & MAYS, 1995, p.42). Combinar técnicas quantitativas e qualitativas torna uma pesquisa mais forte e reduz os problemas de adoção exclusiva de um desses grupos; por outro lado, a omissão no emprego de métodos qualitativos, num estudo em que se faz possível e útil empregá-los, empobrece a visão do pesquisador quanto ao contexto em que ocorre o fenômeno.

Segundo Ethos (2002) a **pesquisa qualitativa** tem caráter exploratório, isto é, estimula os entrevistados a pensarem livremente sobre algum tema, objeto ou conceito. Ela faz emergir aspectos subjetivos e atingem motivações não explícitas, ou mesmo conscientes, de maneira espontânea. Esse tipo de pesquisa é usado quando se busca percepções e entendimento sobre a natureza geral de uma questão, abrindo espaço para a interpretação. Assim, a pesquisa

qualitativa revela áreas de consenso, tanto positivo quanto negativo, nos padrões de respostas. Fornece um processo a partir do qual questões-chave são identificadas e perguntas são formuladas, descobrindo o que importa para os entrevistados e porquê.

O presente trabalho tem sua tendência qualitativa porque apresenta na análise dos depoimentos as características próprias dessa abordagem. Portanto, procurou-se interpretar as declarações e os comportamentos dos gestores entrevistados, além de comparar os resultados das unidades escolares Estaduais e Municipais em foco, descrevendo as abordagens e os dados que serão apresentadas posteriormente no capítulo IV.

Por outro lado, a principal razão para se conduzir uma **pesquisa quantitativa** é descobrir quantas pessoas de uma determinada população compartilham uma característica ou um grupo de características. Ela é especialmente projetada para gerar medidas precisas e confiáveis que permitam uma análise estatística (ETHOS, 2002). Para se fazer uma análise mais precisa e de forma estruturada dos dados fornecidos pelos gestores entrevistados, utilizou-se o programa Microsoft Excel 2007 com o intuito de organizar as informações expostas em tabelas e gráficos que serão apresentados no capítulo seguinte, como também usando técnicas de porcentagem, média, etc. Além de enfatizar certos critérios utilizando a ferramenta *Formatação Condiciona*, como recurso para melhor ilustrar certos valores.

CAPÍTULO IV



APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS

4. APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS

Neste capítulo serão apresentados e analisados dos resultados obtidos a partir das entrevistas aplicadas com os gestores das escolas públicas estaduais e municipais da cidade de Campina Grande-PB. A sequência da apresentação dos dados teve como base o roteiro. Portanto, as informações estão subdivididas em cinco partes. Na primeira parte deseja-se traçar o *perfil sócio-profissional dos gestores*: expondo a diversidade de gênero, cargo ocupado, formação acadêmica, além do tempo de atuação na área da educação e na respectiva escola. Na segunda parte serão apresentadas as informações referentes ao *conhecimento dos gestores sobre a estrutura curricular da escola*. Em seguida vem a terceira parte que se refere à *percepção dos gestores sobre o tema abordado*. Na quarta e última parte serão apreciados os *interesses e empecilhos sobre a implantação da disciplina Empreendedorismo no currículo escolar*.

4.1 Unidades amostrais

Quadro 2 - Unidades amostrais

UNIDADES ESCOLARES ESTADUAIS			UNIDADES ESCOLARES MUNICIPAIS		
		ALUNOS			ALUNOS
01.	EEEFM Álvaro G. de Queiroz	310	01.	E.M Padre Antônio	389
02.	EEEFM Assis Chateaubriand	891	02.	E.M Lions Prata	308
03.	EEEFM Nenzinha Cunha Lima	910	03.	E.M Lafayette Cavalcante	360
04.	EEEFM Agemiro Figueiredo (Polivalente)	1400	04.	E.M São Clemente	542
05.	EEEE de Aplicação	969	05.	E.M Tiradentes	406
06.	EEEE Monte Carmelo	814			
07.	EEEE Nossa Senhora do Rosário	487			
08.	EEEE Murilo Braga	500			
09.	EEEFM Felix Araújo	1279			
10.	EEEFM Raul Córdula	880			
TOTAL		8440	TOTAL		2005
TOTAL ESTADUAL		17925	TOTAL MUNICIPAL		4351
PERCENTUAL AMOSTRAL		47%	PERCENTUAL AMOSTRAL		46%

Fonte: Pesquisa de campo, 2010. Gestores das escolas Públicas Estaduais e Municipais da cidade de Campina Grande-PB.

De acordo com os dados ilustrados, considerando o universo total de 60 escolas públicas voltadas para o Ensino Fundamental II ou do 3º e 4º ciclo, em que foi realizada a pesquisa em 15 unidades escolares, sendo 10 escolas estaduais e 05 escolas municipais da cidade de Campina Grande-PB, observa-se uma estimativa que resultou num percentual amostral de 25% das unidades escolares pesquisadas.

4.2 Parte 1 - Perfil Sócio-profissional

4.2.1 Gêneros

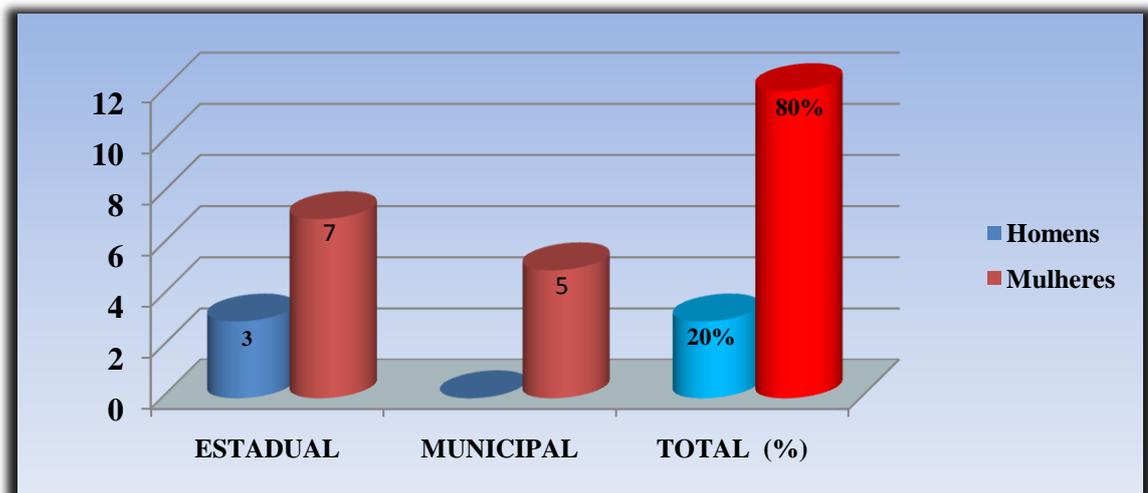


Figura 3 - Perfil Sócio-profissional: Gêneros

Fonte: Pesquisa de campo, 2010. Gestores das escolas Públicas Estaduais e Municipais da cidade de Campina Grande-PB.

De acordo com a avaliação amostral de 15 instituições escolares, em que se estimou a distinção de seus respectivos gestores, os quais totalizaram 03 do sexo masculino (20%) e em sua grande maioria 12 do sexo feminino (80%). Portanto, foi constatado que a função de direção e coordenação escolar é marcada por uma grande variedade e desigualdade de gêneros.

4.2.2 Cargo ocupado



Figura 4 - Perfil Sócio-profissional: Cargo Ocupado

Fonte: Pesquisa de campo, 2010. Gestores das escolas Públicas Estaduais e Municipais da cidade de Campina Grande-PB.

Segundo os resultados contidos na Figura 4, em que demonstra a ocupação dos entrevistados responsáveis pela direção e coordenação das instituições escolares, que de acordo com a conveniência da distribuição dos horários das escolas é que a entrevista ora foi realizada por grande parte dos seus gestores e adjuntos, ora pela minoria das coordenadoras (orientadoras educacionais).

4.2.3 Formação Acadêmica

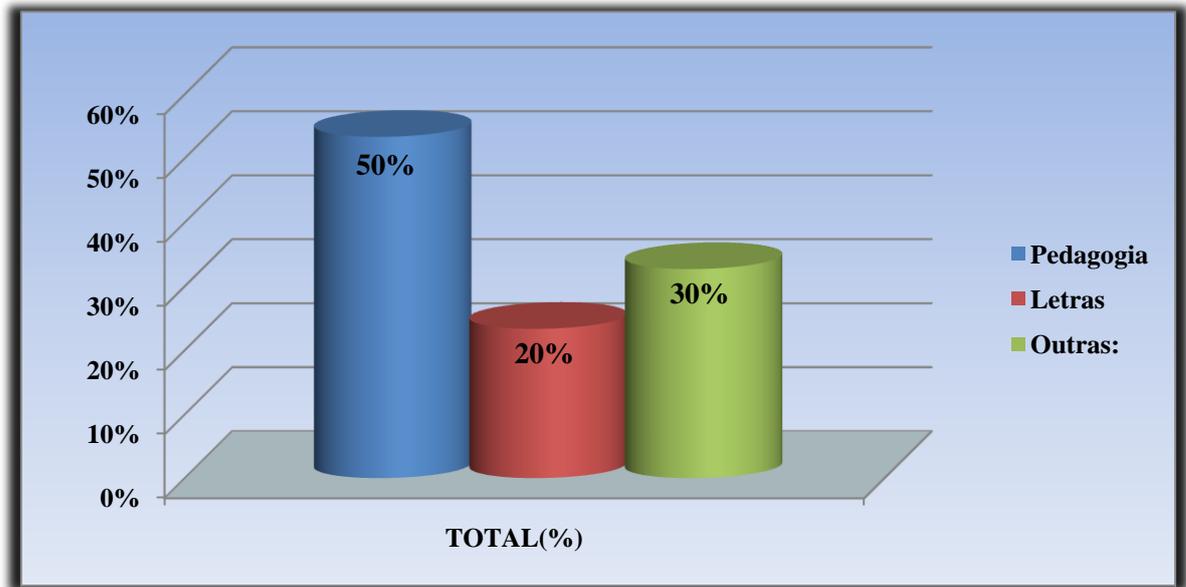


Figura 5 - Perfil Sócio-profissional: Formação Acadêmica

Fonte: Pesquisa de campo, 2010. Gestores das escolas Públicas Estaduais e Municipais da cidade de Campina Grande-PB.

Na Figura 5, confirma que o maior número dos gestores escolares possui graduação em Pedagogia com especialidade em gestão escolar, sendo a maior parte eleita pela gestão democrática, dentro da forma da lei do Art. 206, segundo consta na Constituição Federal. Enquanto que uma minoria tem Licenciatura Plena em Letras. Já, boa parte dos gestores têm outras formações superiores em outros cursos, tais como: *Geografia, Biologia, Matemática, Educação Física e Administração*.

4.2.4 Tempo de atuação na área da educação e na respectiva escola

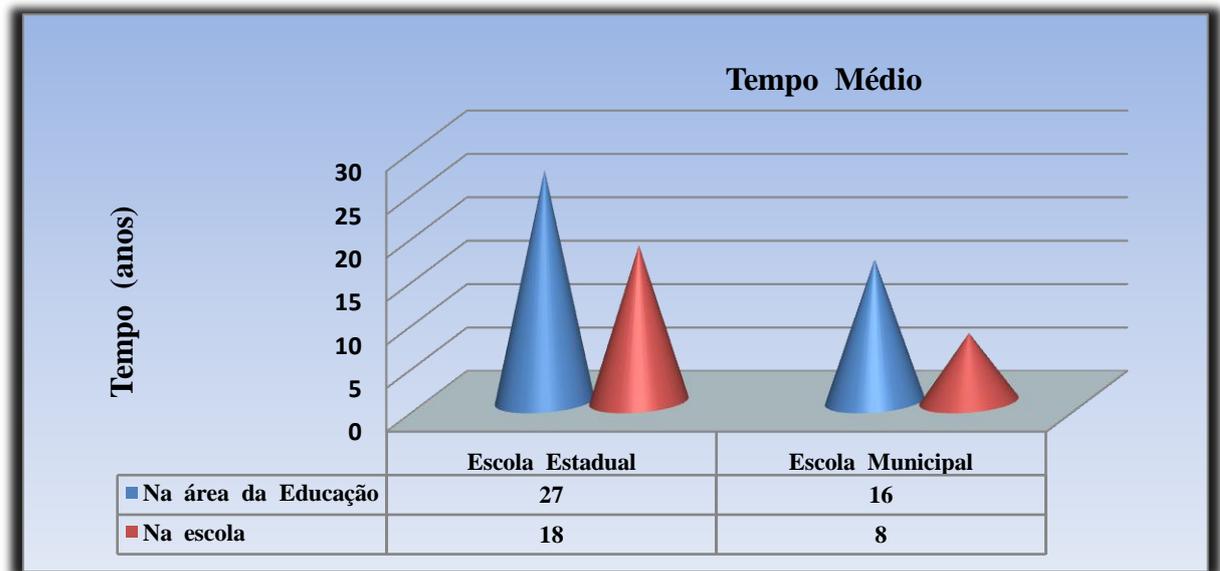


Figura 6 - Perfil Sócio-profissional: Tempo de atuação na área da educação e na respectiva escola
 Fonte: Pesquisa de campo, 2010. Gestores das escolas Públicas Estaduais e Municipais da cidade de Campina Grande-PB.

Como é demonstrado na Figura 6, estimou-se uma média onde se constata que os gestores das Escolas Públicas Estaduais têm sua predominância no período de atuação da prática educativa, tanto quanto nas respectivas instituições em que atuam. Consequentemente, os gestores escolares, em sua maioria, já vivenciaram as grandes mudanças e transformações no sistema educacional brasileiro.

4.3 Parte 2 – Conhecimento dos gestores sobre a estrutura curricular da escola

4.3.1 Questão 07 - A existência de atividades curriculares voltadas para o trabalho

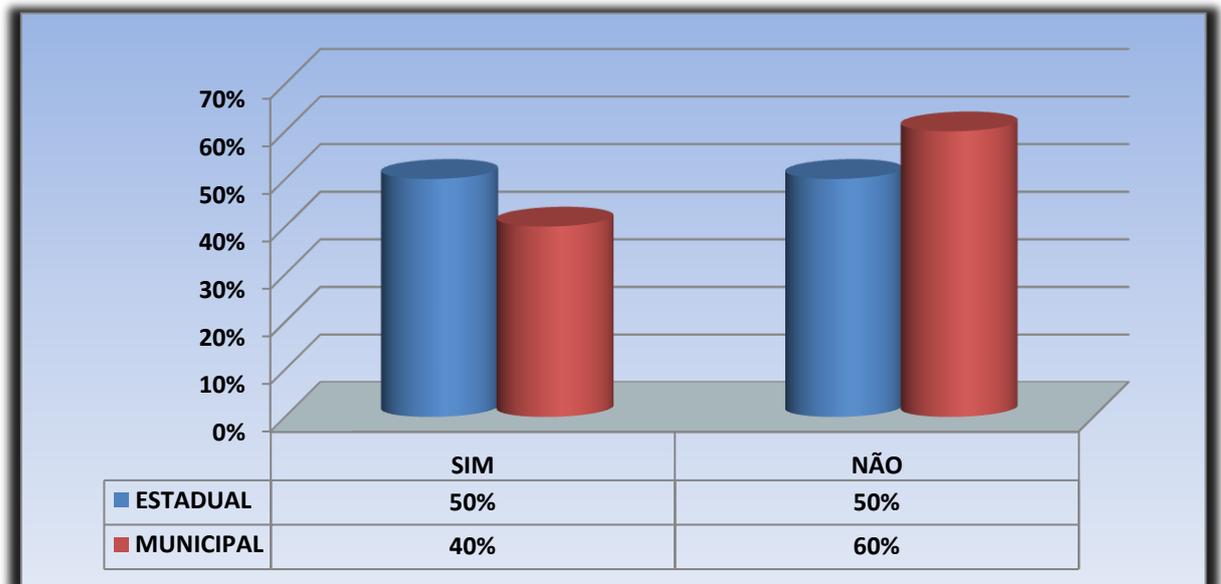


Figura 7 – A existência de atividades curriculares voltadas para o desenvolvimento de competências e habilidades para o trabalho
 Fonte: Pesquisa de campo, 2010. Gestores das escolas Públicas Estaduais e Municipais da cidade de Campina Grande-PB.

Diante do resultado apresentado na Figura 7, observa-se que a escola ainda permanece com uma tendência pedagógica voltada para transmissão de conteúdos acadêmicos e não para uma construção de conhecimentos voltada para a qualificação do trabalho, assim como sugere a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB). Pois, as respostas negativas apresentaram um percentual (53%); enquanto que as respostas positivas (47%), onde se pode constatar a existência de atividades e projetos, tais como:

- *Grafitismo;*
- *Fabricação de sabão;*
- *Oficinas de reciclagem*
- *Programa da Coteminas.*

4.3.2 Questão 08 - O Currículo escolar X exigências do mercado de trabalho vigente.

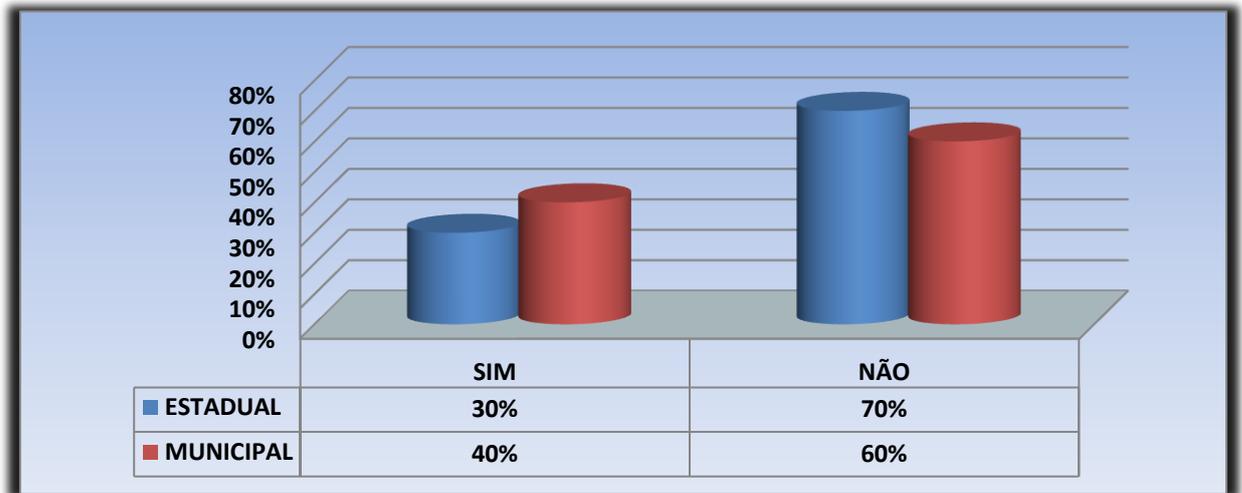


Figura 8 - O Currículo escolar X exigências do mercado de trabalho vigente.

Fonte: Pesquisa de campo, 2010. Gestores das escolas Públicas Estaduais e Municipais da cidade de Campina Grande-PB.

Segundo a ilustração da Figura 8, demonstra em seu resultado uma confirmação da indagação da questão anterior quando os gestores entrevistados, diante de um percentual (67%), negam a existência de um currículo voltado para atender as exigências do mercado de trabalho vigente, pois várias foram as contestações como: *Ausências de disciplinas mais práticas voltadas para o mercado de trabalho; adequação do conteúdo das áreas de conhecimento (disciplinas) à realidade da comunidade; como também, a preferência dos assuntos acadêmicos pelos docentes.*

Porém, para uma pequena minoria de gestores entrevistados (33%) relata sem muita convicção que o próprio currículo adotado pela escola prepara aluno para ser cidadão, assim sendo está voltado para o mercado de trabalho.

4.3.3 Questão 09 – O incentivo do espírito empreendedor no Projeto Político Pedagógico da escola

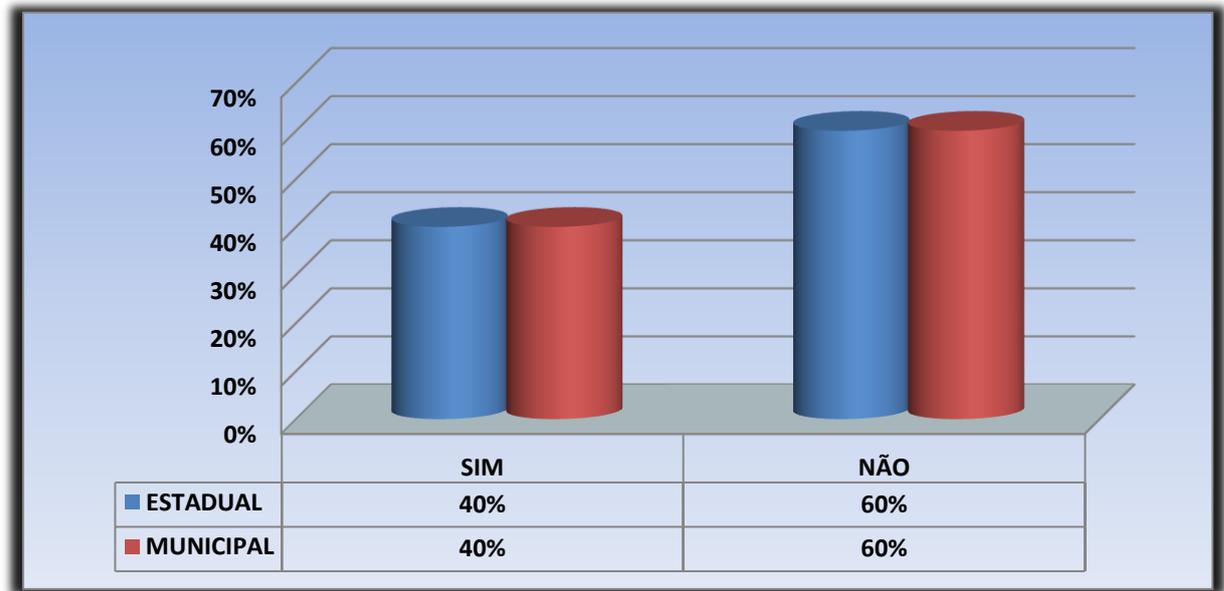


Figura 9 - O incentivo do espírito empreendedor no Projeto Político Pedagógico da escola

Fonte: Pesquisa de campo, 2010. Gestores das escolas Públicas Estaduais e Municipais da cidade de Campina Grande-PB.

Projeto Político Pedagógico é uma ação intencional, a fim de definir as ações educativas e as características necessárias às escolas para que essas cumpram seus propósitos e sua intencionalidade, além de compromisso com a formação do cidadão, para um tipo de sociedade mais eficiente. Toda escola deve ter definida, para si mesma e para sua comunidade escolar, uma identidade e um conjunto orientador de princípios e de normas que iluminem a ação pedagógica. O PPP representa a oportunidade de a direção, a coordenação pedagógica, os professores e a comunidade, tomarem sua escola nas mãos, definir seu papel estratégico na educação das crianças e jovens, organizar suas ações, visando a atingir os objetivos que se propõem. Além de contribuir para estabelecer novos paradigmas de gestão e de práticas pedagógicas que levem a instituição escolar a transgredir a chamada "educação tradicional" e se propor a educação crítico social. Os dados ilustrados na Figura 9 indicam que 60% dos

gestores escolares declaram que não há no PPP da escola algo que incentive o “espírito empreendedor” nos alunos. Por outro lado, a alguns gestores (40%) que ao definirem as ações educativas da escola, trabalham a interdisciplinaridade, porém o termo “empreendedorismo” não é utilizado.

4.3.4 Questão 10 - *A interdisciplinaridade dos Temas Transversais*

A nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional recomenda que as escolas trabalhem com a temática: **Trabalho e Consumo**, incluída na Parte Diversificada do currículo escolar do sistema de ensino brasileiro sugerida pelos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs). Torna-se necessário para os educadores trabalharem com a interdisciplinaridade dos vários conteúdos e assuntos atuais em outras disciplinas.

Portanto, o tema transversal **Trabalho/Consumo** torna-se adequado para preparar os jovens para a sua inclusão no mundo do trabalho, e é apropriado para discutir assuntos como: *Economia Pessoal; Relações de Trabalho; Responsabilidade Ambiental; Direito do Consumidor; Publicidade e Vendas; Segurança no Trabalho; Cidadania e Mercado de Trabalho.*

No decorrer das entrevistas, diante da indagação sobre quais desses assuntos são trabalhados a interdisciplinaridade pela escola e em quais disciplinas, então se observou que grande parte dos gestores entrevistados, *apesar de suas vastas experiências ao longo do tempo como foi comprovado pelo gráfico 04*, não se sentiram seguros ao responder sobre a indagação dos assuntos supracitados relacionados com a temática **Trabalho e Consumo**. Porém, determinados assuntos se destacaram, sendo esses:

- *Cidadania* – onde é trabalhada nas disciplinas de Sociologia, Filosofia e Religião.
- *Responsabilidade Ambiental* – em que esse conhecimento é repassado de comum acordo pelas disciplinas de Geografia, Ciências e Biologia. Conclui-se, portanto que as escolas têm uma certa preocupação sobre as questões ambientais.

Haja vista, que as disciplinas obrigatórias, relativamente, não desenvolvem os outros assuntos mais específicos na transversalidade do currículo voltado para qualificação do Trabalho e Consumo, tais como: Economia Pessoal, Mercado de Trabalho, Publicidade e Vendas, Relações de Trabalho, Direito do Consumidor, Segurança no Trabalho. Conseqüentemente, esses assuntos estariam inseridos no contexto curricular de uma cultura empreendedora. Diante do que foi exposto comprova-se que se faz necessário para formação de um jovem que pretende futuramente ingressar no mercado de trabalho ter amplos conhecimentos (agregar valores) relacionados a praticidade do mundo do trabalho. Portanto, os resultados da pesquisa revelam o grande mérito da disciplina empreendedorismo na educação dentro do currículo escolar, havendo então a comprovação da viabilidade na sua implantação.

4.4 Parte 3 – Percepção dos gestores sobre o tema abordado

4.4.1 Questão 11 - Conhecimento dos gestores sobre a temática Empreendedorismo Escolar

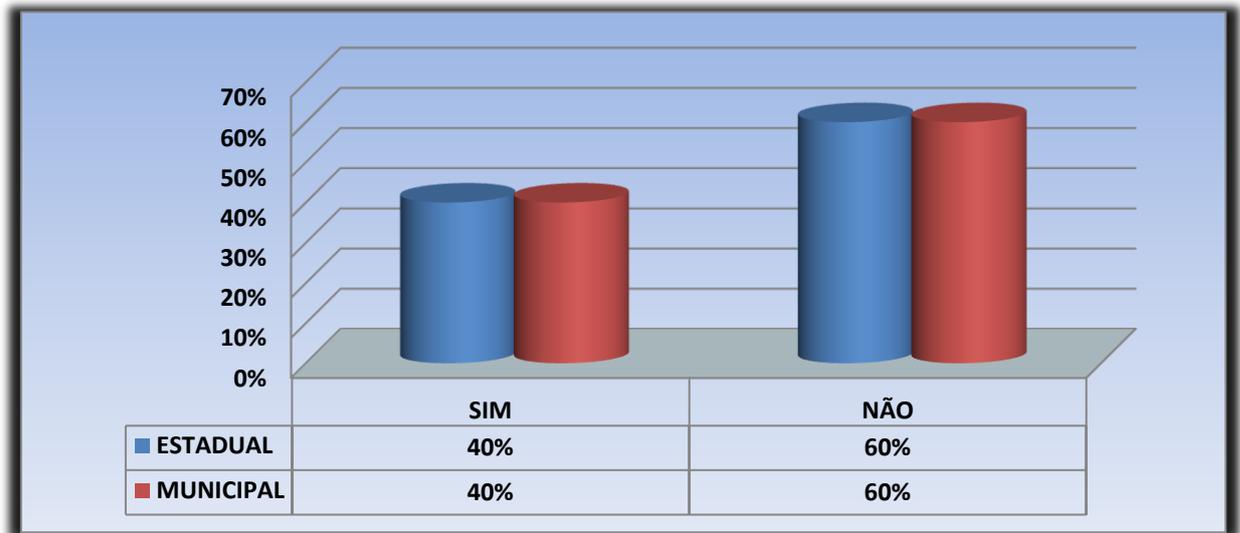


Figura 10 - Conhecimento dos gestores sobre a temática Empreendedorismo Escolar

Fonte: Pesquisa de campo, 2010. Gestores das escolas Públicas Estaduais e Municipais da cidade de Campina Grande-PB.

O ensino do empreendedorismo na educação formal, especialmente no Brasil, só de modo recente atingiu o ensino fundamental, após muitos anos restritos ao ensino superior, sobretudo aos cursos de Engenharia e Administração e, em seguida, também ao ensino médio, em que fora inserido com a finalidade de “*despertar o interesse dos jovens para o mundo dos negócios*”. Porém, para o estado da Paraíba, especificamente para a cidade de Campina Grande, ainda é uma grande novidade essa temática como é mostrado na Figura 10, em que uma percentagem excedente de 60% dos gestores entrevistados não têm conhecimento ou nunca ouviu falar sobre a temática Empreendedorismo Escolar. Ao passo que uma parcela mínima (40%) dos entrevistados já observou a temática em outro estado (Fortaleza): em Programa de TV, colégio particular; além da existência de pequenas sementes implantadas no próprio município de Campina Grande-PB. É interessante ressaltar o caso de um aluno de uma Escola Estadual que ao fazer um curso profissionalizante e dentre as disciplinas que lhe

foram ministradas continha à disciplina Empreendedorismo. A partir de então, o aluno em comum acordo com a direção, se propôs ministrar aulas em ocasiões disponíveis, a fim de disseminar a cultura empreendedora.

4.5 Parte 4 - Interesses e Empecilhos sobre a implantação da disciplina

4.5.1 Questão 12 - Interesse na implantação da cultura empreendedora no currículo escolar

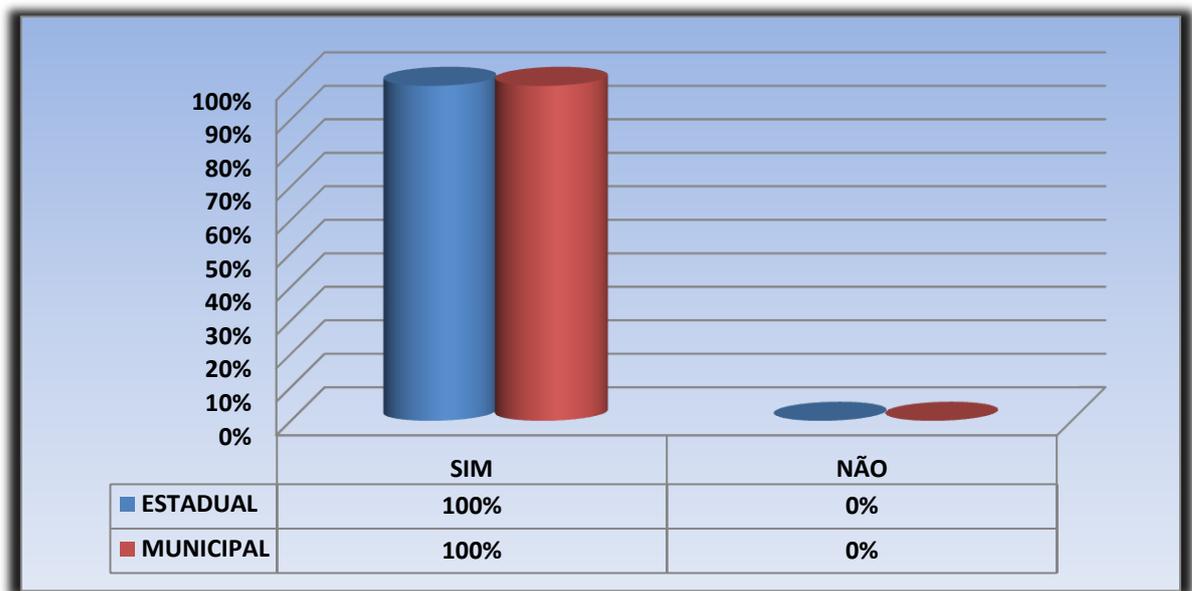


Figura 11 - Interesse na implantação da cultura empreendedora no currículo escolar

Fonte: Pesquisa de campo, 2010. Gestores das escolas Públicas Estaduais e Municipais da cidade de Campina Grande-PB.

A Figura 11, expressa em sua totalidade o interesse e a curiosidade dos gestores em implantar nas suas respectivas escolas a cultura empreendedora, uma vez que relataram os vários benefícios que poderão trazer, tais como: *agregar valores ao aluno; controlar a evasão escolar; aumentar o interesse dos alunos em empreender algo; despertar o aluno para uma renda futura, tornando-o autônomo economicamente, como também, oferecendo um cidadão capacitado para criar e atender as necessidades da comunidade em que vive.*

Portanto, com o resultado apresentado define uma situação favorável quanto a viabilidade da implantação da disciplina Empreendedorismo no currículo escolar, de acordo

com os depoimentos apresentados pelos entrevistados, pois proporcionariam grandes vantagens, apesar de o relato manifestado por alguns gestores quanto a resistência às novas mudanças paradigmáticas por parte de alguns docentes tradicionais.

4.5.2 Questão 13 - Formação de parcerias com outras instituições

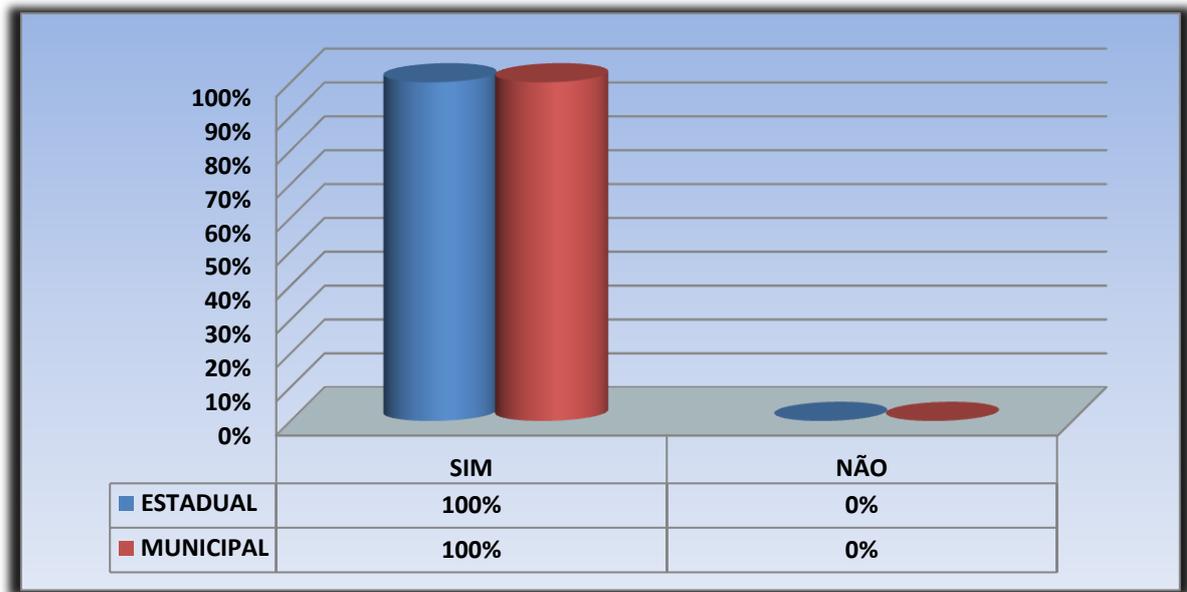


Figura 12 - Formação de parcerias com outras instituições

Fonte: Pesquisa de campo, 2010. Gestores das escolas Públicas Estaduais e Municipais da cidade de Campina Grande-PB.

É essencial para a escola que estiver despertando o interesse em implantar no seu currículo escolar a cultura empreendedora, buscar parcerias com outras instituições. Permitindo preparar melhor os estudantes, para que saiam para o mercado de trabalho com uma melhor atuação profissional e mais informados do ponto de vista cultural e político. Deste modo, é demonstrado na Figura 12, o interesse unânime dos gestores em constituir parcerias com outras instituições, tais como: *SEBRAE, SENAI, SENAC, EMBRAPA, Universidades e Empresas privadas, além de Fundações educativas sem fins lucrativos (Junior Achievement).*

4.5.3 Questão 14 - Os possíveis obstáculos para implantação da cultura empreendedora

Os gestores das escolas mencionaram em suas entrevistas que em primeiro plano não haveria qualquer obstáculo para implantação da cultura empreendedora o que comprova mais uma vez a viabilidade desta implantação no currículo escolar. No entanto, em segundo plano foi confirmado pelos gestores das escolas públicas **municipais** a presença de certos empecilhos como: *envolvimento de todos da escola (falta de sinergia); espaço físico (mais salas de aulas); pessoas qualificadas e a compreensão da cultura empreendedora*. Enquanto que os gestores das escolas públicas **estaduais** mencionaram: *a burocracia das autoridades governamentais, pois são eles que proporcionam o grande entrave nas questões do sistema educacional; como também, mais espaço físico*.

Assim, os projetos para a formação empreendedora devem ser elaborados a partir do desafio de se introduzir novos conteúdos e didáticas que superem obstáculos e resistências.

CAPÍTULO V



CONSIDERAÇÕES FINAIS

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Uma nova sociedade está se formando e tem por base o Capital Humano ou intelectual, representado pelo conjunto de capacitações que as pessoas adquirem através da educação, de programas de treinamento e da própria experiência para desenvolver seu trabalho com competência, bem como pelo desenvolvimento de várias competências do ponto de vista profissional, assim é chamada de Sociedade do Conhecimento.

Deste modo, para acompanhar as exigências do mercado de trabalho do século XXI em que exige pessoas inovadoras, imaginativas, criativas, ousadas, capazes de criar soluções para os problemas e transformar a sociedade, ficou incumbido as escolas que são tidas como agente determinante na construção dos saberes e das novas competências, a competência da missão de preparar esses jovens para uma nova Era, que não é mais a do pleno emprego, e que exige outros referenciais na direção do trabalho e da cidadania.

Sendo assim, a inclusão da disciplina Empreendedorismo nas escolas está se tornando cada vez mais comum, que só recentemente alcançou o Ensino Fundamental, após muitos anos restritos ao ensino superior, porém apesar de que ser nova na educação, a inclusão da cultura empreendedora nas escolas também gera polêmica. No entanto, as aulas têm o objetivo de fomentar o espírito empreendedor do jovem, indiferentemente se ele abrirá um negócio ou não.

Diante do exposto, e considerando a importância do tema, o presente trabalho procurou analisar a percepção dos Gestores das escolas públicas estaduais e municipais da cidade de Campina Grande-PB, a fim de saber a respeito da viabilidade na implantação da disciplina de Empreendedorismo no currículo escolar do Ensino Fundamental II ou dos 3^o e 4^o ciclos. Na pesquisa foram entrevistados gestores de 15 escolas públicas, representando 26% do total de unidades escolares de ensino público na cidade, tendo sido escolhidas, através de

amostra não-probabilística as maiores escolas, pelo fato de atenderem a um maior número de alunos.

Portanto, o presente trabalho atingiu o objetivo a que se propôs, onde os resultados obtidos foram analisados através de procedimentos qualitativos e quantitativos, os quais fundamentaram as conclusões aqui apresentadas.

A respeito do contexto, sobre o conhecimento da estrutura curricular da escola e do tema abordado, observou-se que em grande parte das escolas pesquisadas (53%) possuem uma pedagogia que é somente voltada para parte acadêmica do alunado e não para qualificação para o mercado de trabalho, como é determinado pela Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional. Neste sentido, parte dos gestores (67%) alega que a inexistência de um currículo escolar voltado para atender às exigências do mercado de trabalho vigente ocorre devido à ausência de disciplinas mais práticas; falta de adequação do conteúdo das áreas de conhecimento (disciplinas) à realidade da comunidade; além da preferência dos docentes por assuntos acadêmicos.

Assim, o que ocorre é um apelo a situações “reais” como um meio para combater um ensino demasiadamente mecânico e desprovido de significado. No entanto, de acordo com estudiosos da área, referenciados no capítulo 2 deste relatório, a implantação da cultura empreendedora nas escolas, ensinando Empreendedorismo aos alunos, naturalmente faria com que os estudantes se tornassem profissionais mais competentes, pois iniciativas como essa desafiam o aluno a raciocinar e a buscar aprender de forma sólida conceitos, conhecimentos e técnicas que ajudem a resolver problemas da comunidade.

Ainda no contexto, 60% dos gestores entrevistados afirmaram que no planejamento estratégico da escola (PPP) não há atividades que incentivem o “espírito empreendedor” nos alunos. Há também o fato de que apesar dos gestores apresentarem vastas experiências na área de educação, 60% relataram que não tem conhecimento ou nunca ouviram falar sobre a

temática Empreendedorismo na Escola. Foi constatado, ao ser feita a indagação sobre a interdisciplinaridade de assuntos relacionados com a temática Trabalho e Consumo, que grande parte dos entrevistados demonstrou insegurança ao falar sobre o assunto. Logo, constatou-se que no currículo das respectivas escolas, o tema empreendedorismo ainda é desconhecido em sala de aula. Por outro lado, o uso da metodologia de ensino do empreendedorismo possibilita a interdisciplinaridade com as disciplinas regulares ditadas pela Lei de Diretrizes e Bases.

A respeito da opinião dos gestores escolares sobre os interesses e empecilhos na implantação da disciplina Empreendedorismo no currículo escolar, as respostas foram unânimes ao expressarem o interesse e a curiosidade em implantar cultura empreendedora, o que na percepção dos entrevistados proporcionaria vários benefícios, tais como: controlar a evasão escolar, agregar valores ao aluno, aumentar o interesse dos alunos em empreender algo, etc. Foi observado um ponto em comum quanto ao interesse dos gestores em constituir parcerias com outras instituições, pois a teoria é abordada através de sua aplicação à realidade, privilegiando as características locais do mercado e da economia locais.

Em relação aos depoimentos mencionados pelos gestores das escolas quanto à questão dos obstáculos na implantação, foram destacados: a falta de espaço físico (mais salas de aulas) e a burocracia das autoridades governamentais. Apesar destes, de um modo geral, relataram que não visualizam grandes empecilhos.

Por fim, o presente estudo mostrou os gestores das escolas pesquisadas apresentaram uma percepção favorável quanto a viabilidade de implantação da disciplina Empreendedorismo no currículo escolar das escolas públicas, o que irá contribuir para que os jovens se tornem profissionais de sucesso, entrando com maior segurança no mundo do trabalho.

Espera-se que o presente estudo contribua trabalho no sentido de abrir o debate, lançar uma pequena semente de discussão para futuras investigações deste fenômeno chamado Educação Empreendedora, aliado à situação laboral dos jovens.

Vários estudos podem ser realizados dentro da temática abordada que é bastante ampla. Pode-se, por exemplo, pesquisar como a Educação Empreendedora pode contribuir para a redução da taxa de mortalidade infantil das empresas locais.

Enquanto autor, a experiência proporcionada pela realização desta pesquisa, representou ao mesmo tempo um desafio e uma oportunidade de aprofundamento sobre o tema. Os conhecimentos e experiências adquiridos através desse estudo permitiram um contato mais próximo com a realidade estudada, possibilitando o exercício de um olhar crítico em relação ao presente, mas também esperançoso em relação ao futuro. Assim, apesar das dificuldades e resistências que se apresentam no caminho, as experiências de sucesso relatadas ao longo deste trabalho, comprovam que é possível reverter o “velho” e tradicional sistema de ensino brasileiro, para que futuramente outros jovens desenvolvam um espírito empreendedor, entrando no mercado de trabalho mais bem preparados.



REFERÊNCIAS

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Flávio De. **Ser empreendedor de sucesso - como fazer sua estrela brilhar**. Belo Horizonte: Editora Leitura, 2001.

ALVARO MELO. **1981 a 2004: 23 ANOS DO ENSINO DO EMPREENDEDORISMO NO BRASIL - ALGUMAS COMPARAÇÕES ENTRE A “VELHA ESCOLA” E “NOVA ESCOLA”**. [s.l.; s.d]

ANDRADE, Maria Margarida de. **Como preparar trabalhos para cursos de pós-graduação: noções práticas**. São Paulo: Atlas, 1995.

ANDRADE, Maria Margarida de. **Introdução à metodologia do trabalho científico: 4 ed.** São Paulo: Atlas, 1999.

BASTOS, Adriana Teixeira. **Empreendedorismo e Educação: o caso do Projeto Empreendedorismo na Escola**. Disponível em: http://www.oei.es/etp/empreendedorismo_educacao_projeto_empreendedorismo_escola.pdf >. Acesso em: 25 maio 2010.

BERMUDEZ, L. A. **Empreendedorismo na universidade**. 2000.

BERNHOEFT, R. **Como tornar-se empreendedor** (em qualquer idade). São Paulo: Nobel, 1996.

BERTOGLIO, B. G. **O empreendedor e o desenvolvimento de suas características comportamentais**. Monografia apresentada para obtenção do grau de especialista do curso Master Business Administration – MBA, da Universidade Estadual de Maringá (UEM) e Universidade Estadual de Cascavel (UNIOESTE). Cascavel – Pr: 1998.

BIRLEY, S.; MUSYKA, D. **Dominando os desafios do empreendedor**. São Paulo: Makron Books, 2001.

BRASIL. Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Disponível em: http://www.pedagogiaemfoco.pro.br/l5692_71.htm >. Acesso em: 29 abril 2010.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9394.htm >. Acesso em: 29 mai. 2010.

BRASIL. **Parâmetros curriculares nacionais: terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental: Introdução aos parâmetros curriculares nacionais.** Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC/SEF, 1998.

BIZZOTO, Carlos Eduardo Negrão; DALFOVO, Oscar. **Ensino do empreendedorismo: uma abordagem vivencial.** In: II ENCONTRO DE ESTUDOS SOBRE EMPREENDEDORISMO E GESTÃO DE PEQUENAS EMPRESAS. **Anais do II EGEPE.** Londrina, 2001, p. 299-311

CHIAVENATO, Idalberto. **Empreendedorismo: dando asas ao espírito empreendedor: empreendedorismo e viabilidade de novas empresas.** 2.ed. São Paulo: Saraiva, 2007.

CRUZ, Carlos Fernando. **Os motivos que dificultam a ação empreendedora conforme o ciclo de vida das organizações.** Um estudo de caso: Pramp's lanchonete – Florianópolis, 2005.

DOLABELA, Fernando. **O segredo de Luísa.** São Paulo: Editora de Cultura, 2006.

DOLABELA, F. **Pedagogia empreendedora.** Disponível em: <http://portaldovoluntario.org.br/blogs/54329/posts/168>>. Acesso em: 28 abril 2010.

DOLABELA, Fernando. **A Oficina do Empreendedor: a metodologia de ensino que ajuda a transformar conhecimento em riqueza.** São Paulo: Cultura Editores Associados, 1999.

DORNELAS, J.C.A. **Empreendedorismo: transformando ideias em negócios.** Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.

DORNELAS, J.C.A. **Empreendedorismo corporativo: como ser empreendedor, inovar e se diferenciar em organizações estabelecidas.** Rio de Janeiro: Elsevier, 2003.

DUTRA, I.; PEIXOTO, R. B. O Ensino de Empreendedorismo em Instituições de Ensino Superior da Região de Londrina. **Anais do II Encontro de Estudos Sobre Empreendedorismo e Gestão de Pequenas Empresas,** Londrina 2001.

ETHOS - **Instituto de pesquisa** - Disponível em: <http://www.ethos.com.br>>. Acesso em: 21 jul 2010.

FILION, Louis Jacques. **Empreendedorismo: empreendedores e proprietários-gerentes de pequenos negócios.** Revista de Administração. São Paulo, v.34, n. 2, abr/jun 1999.

FILION, L. J. **Empreendedorismo e gerenciamento: processos distintos, porém complementares.** Revista de Administração de Empresas Light/EAESP-FGV, São Paulo, vol. 7, n. 3, p. 2-7, Jul./Set. 2000a. Trad. Fernando Dolabela.

FILION, Louis Jacques. **O empreendedorismo como tema de estudos superiores. In: Empreendedorismo: ciência, técnica e arte.** Brasília. CNI/IEL, 2000b.

GAGLIARDI, Gary. **Arte da Guerra: a Arte da Administração e Negócios - A estratégia de Sun Tzu aplicada à administração:** São Paulo. 1ª ed. M. Books p. 189, 2007.

GAVIDIA, Valentin. **A Construção do Conceito de Transversalidade.** In: NIEVES Álvares, 2002.

GERBER, M.E. **O Mito empreendedor revisitado.** São Paulo: Saraiva, p. 214. 1996.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social:** 5ª ed. São Paulo: Atlas, 1999.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa.** São Paulo: Atlas, 1991.

JA. **Junior Achievement.** Disponível em: <<http://www.jabrasil.org.br/ja/>>. Acesso em: 15 abr. 2010.

LAKATOS, E.M.; MARCONI, M.A. **Fundamentos de Metodologia Científica.** 4. ed. São Paulo: Atlas, 2001.

LAKATOS, E.M.; MARCONI, M.A. **Técnicas de Pesquisa.** 4. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

LEITE, Emanuel F. **Formação de Empreendedores e o papel das Incubadoras.** Universidade Católica de Pernambuco - Anais Iº Encontro Nacional de Empreendedorismo, Florianópolis: UFSC 1999.

LEITE, Emanuel F. **O fenômeno do empreendedorismo: criando riquezas.** Recife: Bagaço, 2000.

_____. **O fenômeno do empreendedorismo criando riquezas.** 3ª Edição. Recife: Bagaço, 2002.

LEZANA, Álvaro Guillermo Rojas - **Revista de Gestão e Empreendedorismo** - v.1, n.1, 2009.

LEZANA, A. G. R. & TONELLI, A. **O comportamento do empreendedor.** In: DE MORI, F. (Org.). **Empreender: identificando, avaliando e planejando um novo negócio.** Florianópolis: ENE, 2004.

LEZANA, Álvaro Guillermo Rojas, “**Empreendedorismo,**” Apostila do Programa de Pós-graduação em Engenharia de Produção e Sistemas, UFSC, Florianópolis: 2000.

LIBERATO, A. C. T. **Empreendedorismo na escola pública: despertando Competências, promovendo a esperança.** Disponível em: <http://www.oei.es/etp/empreendedorismo_escola_publica_teixeira.pdf>. Acesso em: 30 maio 2010.

KIYOSAKI, Robert T.; LECHTER, Sharon L. **Pai rico, pai pobre: o que os ricos ensinam a seus filhos sobre dinheiro.** 59. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 186 p. 2000.

KOTTER, J. P; HESKETT, J.L. **A cultura corporativa e o desempenho empresarial.** São Paulo: Makron Books, 1994.

MASCARELLO, Caio Teixeira. **A Sociedade do Conhecimento, a Democratização do Conhecimento e o Desenvolvimento.** Disponível em: <<http://www.administradores.com.br/informe-se/artigos/a-sociedade-do-conhecimento-a-democratizacao-do-conhecimento-e-o-desenvolvimento/12617/>> Acesso em: 14 maio 2010.

MATTOS, P.; LINCOLN, C. L.: **A entrevista não-estruturada como forma de conversação: razões e sugestões para sua análise.** Rev. adm. pública, jul.-ago. 2005.

McClelland *in* GIMENEZ, F. A. P. & MACHADO, H. P. V. & BIASIN, C. C. **A mulher empreendedora: um estudo de caso no setor de confecções.** In: 1998 Balas Proceedings, Volume 1, p.311-322.1998.

MINAYO MC. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde.** Rio de Janeiro: Abrasco; 2007

MOCELLIN, Daniele Zgoda. **Empreendedorismo na sala de aula: uma experiência no ensino fundamental.** PUCPR, (2007).

MOREIRA, Daniel Augusto. **O método fenomenológico na pesquisa.** São Paulo: Pioneira Thomson, 2002.

MORRIN, Edgar. **A ciência, o Imaginário e a Educação.** Entrevista ao Salto para o Futuro. Entrevista em março de 2000. Traduzida por José Roberto Mendes. Disponível em: <http://www.redebrasil.tv.br/salto/entrevistas/edgar_morin.htm> Acesso em: 20 maio 2010.

NEVES, J. L. **Pesquisa qualitativa: características, usos e possibilidades.** Cadernos de Pesquisas em Administração, v. 1, n.3, 2º sem., 1996.

PEDRO, A. M. **Procedimentos para integrar os conceitos de empreendedorismo no ensino fundamental.** Tese (Doutorado em Engenharia de Produção) – Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção, UFSC, Florianópolis, 2007.

PEREIRA, H. J. **Criando seu próprio negócio: como desenvolver o potencial empreendedor**. Brasília: SEBRAE, 1995.

RICCA, J. L. **TRABALHO E EMPREGO. SEBRAE: o jovem empreendedor**. Estudos Avançados. vol.18 no. 51- São Paulo - Maio/Ago. 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-40142004000200004&script=sci_arttext> Acesso em: 17 jun 2010.

SANTOS, L. S. **Modelo de ambiente virtual para o desenvolvimento de habilidades empreendedoras em crianças**. Tese (Doutorado em Engenharia de Produção) – Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção, UFSC, Florianópolis, 2004.

SANTOS, Mário Ferreira dos. **Pitágoras e o Tema do Número**, Editora Logos, 1960.

SAVIANI, Dermeval. **O Trabalho como Princípio Educativo Frente às Novas Tecnologias**. In: FERRETTI, C. J. et al (Org.) *Novas Tecnologias, Trabalho e Educação: um debate multidisciplinar*. 3ª ed. Petrópolis: Vozes, 1996.

SEBRAE. **Pesquisa GEM faz retrato do empreendedorismo no Brasil**. Disponível em: <http://www.sebrae.com.br/customizado/estudos-e-pesquisas/integra_bia?ident_unico=12595>. Acesso em: 5 maio 2010.

SEBRAE-GO. **Indicadores da MPE - Taxa de sobrevivência**. Disponível em: <<http://www.sebrae.com.br/uf/goias/indicadores-das-mpe/taxa-de-sobrevivencia>>. Acesso em: 05 maio 2010.

SEBRAE-PB. **Novos Empreendedores**. Disponível em: <<http://www.sebraepb.com.br/noticias.jsp?pagina=noticia&idNoticia=167&idCategoria=1>>. Acesso em: 20 jul. 2010.

SVEIBY, Karl Erik. **O valor do intangível**. HSM Management. Revista de Informação e Conhecimentos para Gestão Empresarial. São Paulo – SP: ano 4, nº 22, p.66-69, set/out/2000.

TOMAR, M. S.: **A Entrevista semi-estruturada**. Mestrado em Supervisão Pedagógica" (Edição 2007/2009) da Universidade Aberta.

VALENTIM, M. L. P. (Org.). **Métodos qualitativos de pesquisa em Ciência da Informação**. São Paulo: Polis, 2005. 176p. (Coleção Palavra-Chave, 16).

VERGARA, S. C. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração**. São Paulo: Atlas, 1998.

WICKERT, Maria Lucia Scarpini. **Referenciais Educacionais do Sebrae**: Brasília: Sebrae, 2006.

YOUNG, Robert. **Formação Empreeneurial e Consolidação de Desempenho Empresarial.** Relatório Final apresentado a Agência Para o Desenvolvimento Internacional, 1990.



APÊNDICES

ROTEIRO DE ENTREVISTA

PARTE 1 - Perfil Sócio-profissional

1. Escola Pública []Estadual []Municipal
2. []Gestor []Gestora
3. Cargo ocupado pelo entrevistado(a):.....
4. Qual a formação acadêmica? []Pedagogia []Letras []Outras:
5. Há quanto tempo atua na área da educação?.....
e nesta escola?.....
6. Quantos alunos existem matriculados.....e no Ensino Fundamental II?

PARTE 2 – Conhecimento dos gestores sobre a estrutura curricular da escola

7. Há alguma atividade curricular ou extracurricular na escola voltada para o desenvolvimento de competências e habilidades para o trabalho? []Sim []Não
Qual?:
.....
.....
8. Em sua opinião, o currículo escolar adotado nesta escola, prepara de maneira adequada os alunos para atender as exigências do mercado de trabalho vigente?
[]Sim []Não
Por quê?
.....
.....
9. No Projeto Político Pedagógico (PPP) desta escola há algo que incentive o “*espírito empreendedor*” nos alunos? []Sim []Não
Identifique:
.....
10. Na Parte Diversificada do Currículo Escolar, segundo os PCNs são estabelecidos alguns Temas transversais, entre eles **Trabalho e Consumo**. Quais assuntos relacionados a essa temática são desenvolvidos por essa escola e em que disciplinas?

- Economia Pessoal – Disciplina:
- Relações de Trabalho – Disciplina:
- Responsabilidade Ambiente – Disciplina:
- Direito do Consumidor – Disciplina:
- Publicidade e Vendas – Disciplina:
- Segurança no trabalho – Disciplina:
- Cidadania – Disciplina:
- Mercado de trabalho – Disciplina:

PARTE 3 – Percepção dos gestores sobre o tema abordado

11. O gestor(a) tem conhecimento de algum projeto voltado para a temática do empreendedorismo na escola, de um modo geral? Sim Não
 Outro estado município

.....

PARTE 4 - Interesses e Empecilhos sobre a implantação da disciplina

12. É de interesse desta instituição implantar a cultura empreendedora no currículo escolar dos alunos? Sim Não

Por quê?

.....

13. Caso seja implantada a disciplina de empreendedorismo no currículo escolar, o gestor(a) tem interesse em formar parcerias com outras instituições?

Sim Não

.....

14. Quais seriam os possíveis obstáculos para a implantação da cultura empreendedora no currículo da escola?

.....

.....